



EDITAL 034/2026

PROCESSO Nº 057/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o(a) **Município de Andrelândia**, inscrito no CNPJ sob o nº 18.682.930/0001-38, com sede na Avenida Nossa Senhora do Porto da Eterna Salvação, nº 208, Centro, Andrelândia - MG, por meio de sua equipe de Pregão, realizará licitação, **para registro de preço**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da **Lei nº 14.133 de 2021**, Decreto nº 037/2022 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

Data e horário da sessão: 05/05/2026 às 08:30 horas.

Data e horário final para envio de Proposta: 05/05/2026 às 07:00 horas.

MODO DE DISPUTA: Aberto

Critério de Julgamento: MENOR VALOR - POR ITEM facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1. DO OBJETO

1.1. REGISTRO DE PREÇO visando futura e eventual aquisição de medicamentos para atender as necessidades do Hospital Municipal Dr Jose Gustavo Alves, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. DO REGISTRO DE PREÇOS

1.2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços

2. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

2.1. Os interessados em participar deste Pregão deverão credenciar-se, previamente, perante o sistema eletrônico provido pelo(a) BLL Compras, por meio do sítio <https://bll.org.br/>, onde poderão obter maiores informações, podendo sanar eventuais dúvidas pela central de atendimentos do Portal.

2.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema eletrônico, onde também deverão se informar a respeito do seu funcionamento e regulamento, obtendo instruções detalhadas para sua correta utilização.

2.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do(a) Município de Andrelândia por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por



terceiros.

2.1.3. Caso seja indicado o Sistema de Compras do Governo Federal no item 2.1, os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no sistema eletrônico relacionado nos itens anteriores e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.2.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.3. Para os itens em que o valor total estimado não ultrapasse R\$ 80.000,00 (Oitenta Mil Reais), a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. A obtenção do benefício fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.4. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.5. Não poderão disputar esta licitação:

2.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre fornecimento de bens a ele relacionados;

2.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;



2.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.5.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio^[1];

[1] NOTA EXPLICATIVA: Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em “consórcio” no Pregão em tela.

2.5.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.5.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.6. O impedimento de que trata o item 2.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.2 e 2.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.9. O disposto nos itens 2.5.2 e 2.5.3 não impede a licitação ou a contratação que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.11. A vedação de que trata o item 2.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.



3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.12.1 deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade



cooperativa.

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.13. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico de realização do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas no sistema ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:



4.1.1. Valor, conforme definido neste edital e na plataforma de realização do pregão;

4.1.2. Marca, se for o caso;

4.1.3. Fabricante, se for o caso;

4.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em



sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado conforme critério de julgamento definido no preâmbulo desse edital.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,25%.

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.11. O PROCEDIMENTO SEGUIRÁ DE ACORDO COM O MODO DE DISPUTA ADOTADO NESTE EDITAL.

5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa "ABERTO"**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.



5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa "ABERTO E FECHADO"**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.13.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.13.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.13.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa "FECHADO E ABERTO"**, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.14.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.14, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.14.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.14.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.14.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.14.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.14.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.



5.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.21.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.21.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.21.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.21.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:



5.22.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.22.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.22.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.22.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens produzidos por:

5.22.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.22.2.2. empresas brasileiras;

5.22.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.22.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.23.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.23.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.



6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.4 e 3.6 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. conter vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;



6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.16. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.



7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. **Os documentos previstos no Termo de Referência**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, deverão ser exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia nos termos do inciso IV do art. 12 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.4. Caso seja adotado o Sistema de Compras do Governo Federal, a documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, **e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).**

7.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.8. Os documentos exigidos para habilitação detalhados no Termo de Referência serão enviados **por meio da plataforma de Pregão Eletrônico escolhido pela administração**, em formato digital, no prazo de MÍNIMO DE DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.8.1. Caso seja adotado o Sistema de Compras do Governo Federal, a habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos; e os que não estejam contemplados no Sicaf deverão ser enviados conforme item 7.8.

7.8.1.1. Neste caso, é de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados, sob pena de ensejar desclassificação no momento da



habilitação.

7.9. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.10. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.11. A exigência dos documentos de habilitação que constem do Termo de Referência **somente será feita em relação ao licitante vencedor.**

7.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

7.12.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.13. - Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação/pregoeiro/agente de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.13.1 - Nos termos dos Acórdãos 1211/2021 e 2443/2021 do Plenário do TCU, a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021) não alcança documento destinado a atestar condição de habilitação preexistente à abertura da sessão pública, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro/agente de contratação.

7.13.2 - Na falta de documento relativo à fase de habilitação em pregão que consista em mera declaração do licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ele firmado, deve o pregoeiro conceder-lhe prazo razoável para o saneamento da falha, em respeito aos princípios do formalismo moderado e da razoabilidade, bem como ao art. 2º, caput, da Lei 9.784/1999. Acórdão 988/2022-Plenário.

7.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.8.

7.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para



participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.17. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

8.3. A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital.

8.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

8.5. A Ata de Registro de Preço, com a indicação dos fornecedores e os preços registrados, deverá ser disponibilizada no PNCP, observada a regra prevista no art. 176 da Lei 14.133/2021.

8.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para o fornecimento pretendido, desde que devidamente justificada.

8.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

9. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

9.1. Após a homologação da licitação, se for o caso, poderá ser elaborado ata específica de cadastro de reserva dos:

9.1.1. licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

9.1.2. licitantes que mantiverem sua proposta original;

9.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.



9.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

9.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

9.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

9.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

9.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.

9.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

9.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

9.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

10. CONTRATAÇÃO

10.1. Caso se conclua pela contratação, o Termo de Contrato poderá ser substituído por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, de acordo com o Art. 95 da Lei Federal 14133/2021.

10.1.1. Quando o instrumento contratual for substituído por emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021, a minuta do contrato será parte integrante destes instrumentos para fins de observância dos requisitos previstos no art. 92 da NLLC.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o contrato ou retirar o documento equivalente ao contrato, quando for o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital de licitação.

10.2.1. O prazo previsto para assinar o contrato ou retirada do documento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.3. Quando o instrumento contratual for substituído, o aceite da Nota de Empenho ou do



instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

10.3.1. referida Nota de empenho está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, observado item 9.1.1;

10.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

10.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.4. Para assinatura do contrato ou retirada do documento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste edital de licitação, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência da contratação.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.



11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Departamento de Licitação, situado na Avenida Nossa Senhora do Porto da Eterna Salvação, 208, Centro, neste município.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa o licitante, o adjudicatário ou o contratado que, com dolo ou culpa cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

a. Dar causa à inexecução parcial do contrato (inciso I do art. 155 da Lei 14.133/2021);

a.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato significa que o licitante ou o contratado, por ação ou omissão, provoca a não realização de uma ou mais obrigações específicas previstas no contrato, sem que essa inexecução comprometa a sua totalidade.

b. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo (inciso II do art. 155 da Lei 14.133/2021);

b.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano significa que o licitante ou o contratado, por ação ou omissão, provoca a não realização de uma ou mais obrigações específicas previstas no contrato, sem que essa inexecução comprometa a sua totalidade, sendo agravada pelo fato de gerar prejuízos significativos à Administração Pública, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

c. Dar causa à inexecução total do contrato (inciso III do art. 155 da Lei 14.133/2021);

c.1. Dar causa à inexecução total do contrato refere-se à situação em que o contratado, por meio de ação ou omissão, impede completamente a realização do objeto contratual, levando à sua não execução integral.

d. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) agente de contratação/comissão de contratação durante o certame (inciso IV do art. 155 da Lei 14.133/2021);

e. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando (inciso V do art. 155 da Lei 14.133/2021):

e.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

e.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

e.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

e.4. deixar de apresentar amostra;

e.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

f. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta (inciso VI do art. 155 da Lei 14.133/2021);



f.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

g. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado (inciso VII do art. 155 da Lei 14.133/2021);

h. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato (inciso VIII do art. 155 da Lei 14.133/2021);

i. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato (inciso IX do art. 155 da Lei 14.133/2021);

j. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza (inciso X do art. 155 da Lei 14.133/2021);

j.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

k. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame (inciso XI do art. 155 da Lei 14.133/2021);

L. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (inciso XII do art. 155 da Lei 14.133/2021).

12.1.1. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários ou contratados as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) Advertência no caso da falta prevista no subitem “a” do item 12.1 deste edital de licitação, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa:

1. moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, bem como pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, quando exigida, até o limite de 30 (trinta) dias;

1.1. O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas h, i, j, k, L do subitem 12.1, de 10% a 30% do valor do Contrato.



3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c”, “f” do subitem 12.1, de 5% a 20 % do valor do Contrato.

4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 5% a 15% do valor do Contrato.

5. Para infrações descritas nas alíneas “d”, “e”, “g” do subitem 9.1, a multa será de 1% a 10 % do valor do Contrato.

6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 5% do valor do Contrato.

7. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da comunicação oficial.

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos das alíneas “b” a “g” do subitem 12.1 deste edital de licitação, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos das alíneas “h” a “L”, do subitem 12.1, bem como pelas infrações administrativas previstas, b, c, d, e, f, g do subitem 12.1, que justifiquem a imposição da penalidade mais grave conforme §5º do art. 156 da Lei 14.133/2021.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.5. A aplicação das sanções previstas neste edital de licitação, não exclui em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao(a) Município de Andrelândia .

12.6 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.7. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.8. A aplicação das sanções (penalidades de impedimento de licitar e contratar e de



declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

12.10. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.11. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas para o endereço comercial, ou enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, ou cadastrados pela empresa no Município de Andrelândia .

12.11.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados e ou fornecidos serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12.11.2 As notificações poderão ser enviadas também por outros meios, desde que comprovadamente enviadas.

12.12 - Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante.

12.13. Quando se tratar de registro de preços, as regras previstas nesta tópica, especialmente as relacionadas às infrações administrativas, procedimentos e sanções, aplicam-se à gestão da ata de registro de preços.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados na Plataforma Eletrônica BLL Compras, no seguinte endereço eletrônico <https://bll.org.br/>.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.



13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, **a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente**, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico da Plataforma indicada no item 2.1 deste edital e no site do(a) Município de Andrelândia através do endereço <https://andrelandia.mg.gov.br/site/>, também poderão ser lidos e/ou obtidos na sala do Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Andrelândia, localizada na Avenida Nossa Senhora do Porto da Eterna Salvação, nº 208, Centro, neste município nos dias úteis, no horário das 07:00:00 às 16:00:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

14.11.1.1. - Anexo I do TR - Planilha de Preço Estimado;

14.11.2. Anexo II - Modelo de Proposta;

14.11.3. Anexo III - Minuta de Ata de Registro de Preço

14.11.4. Anexo IV - Minuta de Termo de Contrato.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRELÂNDIA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.682.930/0001-38

Avenida Nossa Senhora Do Porto Da Eterna Salvação Nº 208, Centro / CEP 37300-000 - Andrelândia - MG

Fone/Fax: (35) 3439-0000

<http://www.andrelandia.mg.gov.br>



14.11.5. Estudo Técnico Preliminar - Apêndice do TR;

Andrelândia, 09/04/2026.

Adeodata Kenea Leite dos Santos
Secretário(a) Municipal de Saúde

**ANEXO I****TERMO DE REFERÊNCIA****1 - OBJETO**

1.1 - REGISTRO DE PREÇO visando futura e eventual aquisição de medicamentos para atender as necessidades do Hospital Municipal Dr Jose Gustavo Alves, conforme condições e especificações contidas neste termo de referência.

2 - DA PADRONIZAÇÃO

2.1 - A contratação se dará em observância ao princípio da padronização, em consonância com o disposto no inciso IV do art. 19 da Lei 14.133/2021.

3 - DA NATUREZA DO OBJETO

3.1 - O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo.

3.2 - Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

4 - DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO OBJETO

Item	Descrição	Unid.	Quant.
0001	ABD 10ml (água para injetáveis) AMPOLAS - UNIDADES	AMP	30000
0002	ÁCIDO ASCORBICO 100mg/ml 5 ml amp. (VITAMINA C)	AMP	2000
0003	ACIDO TRANEXAMICO 50MG/ML - AMPOLA 5ML - UNIDADES	AMP	3000
0004	ADENOSINA 3 mg/mL 2mL amp.- UNIDADES	AMP	400
0005	ADRENALINA (EPINEFRINA) 1mg/ml amp. - UNIDADES	AMP	1000
0006	ÁGUA PARA INJEÇÃO 1000 ML - UNIDADE	FR	100
0007	ÁGUA PARA INJEÇÃO 500ML - UNIDADES	FR	600
0008	ALTEPLASE Pó liofilizado injetável - 50 mg/50 ml	FR	30
0009	AMICACINA 250mg/ml 2 ml amp. - UNIDADES	AMP	1600
0010	AMICACINA 50mg/ml 2ml amp. - UNIDADES	AMP	200
0011	AMINOFILINA 24 mg/ml 10ml amp. - UNIDADES	AMP	2000
0012	AMIODARONA 50mg/ml 3ml amp. - UNIDADE	AMP	600
0013	AMOXICILINA - CLAVULANATO 1G + 200 MG EV FRASCO	FR	6000
0014	AMPICILINA 1000 mg frasco - UNIDADES	FR	1000
0015	ANFOTERICINA B 50MG INJ	AMP	1000
0016	ATROPINA 0,25 mg/ml 1 ml amp. - UNIDADES	AMP	1200

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRELÂNDIA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.682.930/0001-38

Avenida Nossa Senhora Do Porto Da Eterna Salvação Nº 208, Centro / CEP 37300-000 - Andrelândia - MG

Fone/Fax: (35) 3439-0000

<http://www.andrelandia.mg.gov.br>

Item	Descrição	Unid.	Quant.
0017	Azul de Metileno 2% AMPOLA - 5ML - Azul de Metileno 2% AMPOLA - 5ML	AMP	200
0018	BENZILPENICILINA BEZANTINA 1.200.000 UI frasco - UNIDADES	FR	2000
0019	BENZILPENICILINA BEZANTINA 600.000 UI frasco - UNIDADES	FR	600
0020	BICARBONATO DE SODIO 8,4% - 10ML AMPOLA	AMP	800
0021	BICARBONATO DE SODIO 8,4%- 250ML FRASCO	FR	200
0022	BROMETO DE IPRATRÓPIO (ATROVENT)0,250 mg/ml frasco 20 ml - UNIDADES	FR	400
0023	BROMOPRIDA 5mg/ml 2ml amp. - UNIDADES	AMP	10000
0024	BUPIVACAÍNA, CLORIDRATO 0,5% INJ 20ML	AMP	300
0025	BUPIVACAÍNA + GLICOSE 5mg/ml + 80mg/ml 4 ml - amp - UNIDADES	AMP	2000
0026	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 20mg/5ml + DIPIRONA 2,5g/5ml amp (BUSCOPAM) - UNIDADES	AMP	12000
0027	BUTILBROMETO ESCOPOLAMINA 20mg/ml 1ml amp (BUSCOPAM) - UNIDADES	AMP	2000
0028	CARVÃO ATIVADO EM PÓ 50G UNIDADE - UNIDADES	UN	200
0029	CEFAZOLINA 1GR FRASCO UNIDADES	FR	6000
0030	CEFTRIAXONA 1gr - frasco - UNIDADES	FR	30000
0031	CEFTRIAXONA 500MG PÓ PARA SOLUÇÃO INJETAVEL INTRAMUSCULAR	FR	1000
0032	CETOPROFENO IM 100 MG AMPOLA	AMP	2000
0033	CETOPROFENO IV 100 MG FRASCO/AMPOLA	FR	5000
0034	CIPROFLOXACINO 2mg/ml (2%) - 100ml - UNIDADES	FR	6000
0035	CISATRACURIO, BESILATO 2MG/ML INJ 5ML	AMP	1000
0036	CLARITROMICINA 500MG PÓ LIOFILIZADO PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL	FR	8000
0037	CLINDAMICINA 150mg/ml - amp 4ml - UNIDADES	AMP	1000
0038	CLISTEROL 12%(120MG/ML) - frasco 500ml - UNIDADES	FR	600
0039	CLORETO DE POTÁSSIO 10% 10ML AMP. (KCI) - UNIDADES	AMP	4000
0040	CLORETO DE SÓDIO 0,9% 10 ML - AMPOLA	AMP	10000
0041	CLORETO DE SÓDIO 0,9 SISTEMA FECHADO 0,9% 250 ML - SF 250 - UNIDADES	FR	6000
0042	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SISTEMA FECHADO 0,9% 500 ML - SF 500 - UNIDADES	FR	16000
0043	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SISTEMA FECHADO 1000ML - SF 1000 - UNIDADES	FR	8000

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRELÂNDIA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.682.930/0001-38

Avenida Nossa Senhora Do Porto Da Eterna Salvação Nº 208, Centro / CEP 37300-000 - Andrelândia - MG

Fone/Fax: (35) 3439-0000

<http://www.andrelandia.mg.gov.br>



Item	Descrição	Unid.	Quant.
0044	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SISTEMA FECHADO 100ML - SF 100 - UNIDADES	FR	30000
0045	CLORETO DE SÓDIO 20% 10ML AMP. (NaCl) - UNIDADES	AMP	4000
0046	CLORIDRATO DE CEFEPIMA 1g - pó para solução injetável (Frasco)	FR	800
0047	CLORIDRATO DE CLONIDINA 150MCG/1ML	AMP	120
0048	CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA 5MG/ML - AMPOLA 5ML - UNIDADE	AMP	400
0049	CLORIDRATO DE HIDRALAZINA 20MG/ML - AMPOLA 1ML - UNIDADES	AMP	600
0050	cloridrato de lidocaína 2,0% + hemitartrato de epinefrina 1: 200.000 em epinefrina FRASCO/AMPOLA 20ML	FR	400
0051	Cloridrato de Oxibuprocaína Solução oftálmica estéril 4 mg/mL (0,4 %)	FR	10
0052	COMPLEXO B - amp 2ml - UNIDADES	AMP	3000
0053	DESLANOSIDEO 0,2mg/ml - amp 2ml - DESLANOL - CEDILANIDE -UNIDADES	AMP	1000
0054	DEXAMETASONA 2% (2MG/ML) - AMP 1ML - UNIDADES	AMP	1000
0055	DEXAMETASONA 4% (DECADRON 4MG/ML) - AMP 2,5ML - UNIDADE	AMP	6000
0056	DIAZEPAN 5MG/ML - AMP 2ML - UNIDADE	AMP	800
0057	DICLOFENACO SÓDICO 25MG/ML - 3ML - UNIDADE	AMP	6000
0058	DIMENIDRINATO 3MG/ML + CLORIDRATO DE PIRIDOXINA 5MG/ML + GLICOSE 100MG/ML + FRUTOSE 100MG/ML INJ - AMPOLA 10 ML	AMP	800
0059	DIPIRONA 1gr - amp 2ml - UNIDADES	AMP	15000
0060	DIPIRONA SUPOSITÓRIO INFANTIL 300 MG UNIDADE	UN	200
0061	DIPROPIONATO DE BETAMETASONA + FOSFATO DISSODICO DE BETAMETASONA 5MG/ML	AMP	200
0062	DOBUTAMINA 12,5MG/ML - AMPOLA	AMP	1000
0063	DOPAMINA 5MG/ML - AMP 10ML - UNIDADE	AMP	500
0064	DRAMIN B6 (CL PIRIDOXINA 50MG/ML/ DIMENIDRINATO 50MG/ML- AMP 1ML- UNIDADES	AMP	800
0065	EFEDRINA, SULFATO 50MG/ML 1ML - IM OU IV	AMP	150
0066	EFORTIL (ETILEFRINA 10MG/ML) - AMP 1ML - UNIDADE	AMP	2000
0067	ENOXAPARINA 20MG/0,2ML SERINGA PRÉ-ENCHIDA - UNIDADE	SRG	600
0068	ENOXAPARINA 40 MG/0,4 ML SERINGA PRÉ-ENCHIDA- UNIDADE	SRG	8000
0069	ESCETAMINA 50MG/ML - 2ML	CX C/ 25	150
0070	ESTREPTOQUINASE 1.500.000 UI FRASCO	FR	100

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRELÂNDIA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.682.930/0001-38

Avenida Nossa Senhora Do Porto Da Eterna Salvação Nº 208, Centro / CEP 37300-000 - Andrelândia - MG

Fone/Fax: (35) 3439-0000

<http://www.andrelandia.mg.gov.br>



Item	Descrição	Unid.	Quant.
0071	ESTREPTOQUINASE 250.000 UI FRASCO	FR	100
0072	ESTREPTOQUINASE 750.000 UI FRASCO	FR	100
0073	ETOMIDATO 2MG/ML SOL INJ AMPOLA 10ML	AMP	100
0074	FENITOINA 50MG/ML - AMP 5ML - UNIDADE	AMP	1000
0075	FENOBARBITAL 200MGML - AMP 1ML - UNIDADE	AMP	400
0076	FENTANILA 50MCG/ML - AMP 10ML - UNIDADES	AMP	2000
0077	FITOMENADIONA 10MG/ML 1ML AMP. (VITAMINA K) - UNIDADE	AMP	2000
0078	FLUCONAZOL 2MG/ML INJ 100ML FRASCO	FR	1000
0079	FLUMAZENIL 0,1 MG/ML AMPOLAS DE 5 ML.	AMP	200
0080	FUROSEMIDA AMP 10MG/ML - AMP 2ML - UNIDADE	AMP	10000
0081	GENTAMICINA 20MG - AMP - UNIDADE	AMP	400
0082	GENTAMICINA 80MG - AMP 2ML - UNIDADE	AMP	1000
0083	GLICOSE 25% - amp 10ml - UNIDADES	AMP	1000
0084	GLICOSE 50% - amp 10ml - UNIDADES	AMP	5000
0085	GLICOSE 5% CLORETO DE SÓDIO 0,9% SIST. FECHADO 500ML (SGF) - UNIDADE	FR	2000
0086	GLICOSE 5% SISTEMA FECHADO 250ML (SG5%) - UNIDADE	FR	3000
0087	GLICOSE 5% SISTEMA FECHADO 500ML (SG5%) - UNIDADE	FR	4000
0088	GLUCONATO DE CALCIO 10% 10 ml amp. - UNIDADES	AMP	400
0089	HALOPERIDOL 5MG/ML - AMP 1ML - UNIDADE	AMP	400
0090	HEMITARTARATO DE METARAMINOL 10MG/ML (ARAMIM) -AMP 1ML	AMP	200
0091	HEPARINA 5.000UI/0,25 ml subcutânea - UNIDADES	AMP	500
0092	HEPARINA 5.000 UI / ml 5ml frasco - UNIDADES	FR	400
0093	HIDROCORTISONA 100MG FRASCO - UNIDADE	FR	4000
0094	HIDROCORTISONA 500 mg frasco - UNIDADES	FR	6000
0095	HIDROXIETILAMIDO 130/0,4 (VOLUVEN 6%) 60MG/ML - FRASCO 500ML	FR	600
0096	HISOCEL - GELATINA 3,5% frasco 100ml - HISOCEL - GELATINA 3,5% frasco 100ml	BOLSA	600
0097	IMUNOGLOBULINA HUMANA ANTI RH D 750UI/ML - AMPOLA (USO PEDIÁTRICO E ADULTO) - UNIDADE	UN	100
0098	LEVOFLOXACINO 500MG EV FRASCO	FR	5000
0099	LIDOCAINA 20MG/G GELÉIA 30G TUBO - UNIDADE	TB	1000
0100	LIDOCAÍNA 2% SEM VASO CONSTRICTOR FRASCO 20ML - UNIDADE	FR	1500

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRELÂNDIA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.682.930/0001-38

Avenida Nossa Senhora Do Porto Da Eterna Salvação Nº 208, Centro / CEP 37300-000 - Andrelândia - MG

Fone/Fax: (35) 3439-0000

<http://www.andrelandia.mg.gov.br>



Item	Descrição	Unid.	Quant.
0101	Lidocaína, cloridrato 2% inj 5mL SEM VASO CONSTRITOR	AMP	2000
0102	MALEATO DE METILERGOMETRINA (METERGIN) 0,2MG/ML 1ML AMPOLA - UNIDADE	AMP	800
0103	MANITOL 20% 250 ML	FR	200
0104	MEROPENEM 500 MG EV FRASCO	FR	20000
0105	Metilprednisolona 500mg pó liofilizado para solução injetável	FR	1000
0106	METILSULFATO NEOSTIGMINA 0,5MG/ML - AMP AMPOLA 1ML - UNIDADE	AMP	400
0107	METOCLOPRAMIDA 4MG/ML(PLASIL) - GOTAS	FR	100
0108	METOCLOPRAMIDA (PLASIL)10 mg/2 ml amp. - UNIDADES	AMP	2000
0109	METOPROLOL, TARTARATO 1MG/ML AMPOLA 5ML	AMP	400
0110	METRONIDAZOL 5MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 100 ML FRASCO - UNIDADE	FR	3000
0111	MIDAZOLAM 1MG/ML - AMP 5ML - UNIDADE	AMP	1000
0112	MIDAZOLAM 5MG/ML - AMP 10ML - UNIDADES	AMP	1000
0113	MIDAZOLAM 5MG/ML - AMP 3ML - UNIDADE	AMP	200
0114	MONONITRATO DE ISOSSORBIDA 10MG/ML 1ML AMPOLA - UNIDADE	AMP	200
0115	MORFINA 0,2MG/ML - AMP 1ML - UNIDADE	AMP	1000
0116	MORFINA 10MG/ML - AMP 1 ML - UNIDADE	AMP	1000
0117	NALOXONA 0,4MG/ML INJ 1ML	AMP	200
0118	NITROPRUSSIATO DE SÓDIO 25MG/ML AMPOLA	AMP	100
0119	NOREPINEFRINA (NORADRENALINA) 1mg/ml 4 ml amp. - UNIDADES	AMP	16000
0120	NORIPURUM EV (SACARATO DE HIDROXIDO FERRICO 100MG/5ML AMP. - UNIDADES	AMP	600
0121	OCITOCINA 5 UI/ml 1 ml amp. - UNIDADES	AMP	4000
0122	OCTREOTIDA 0,1MG/ML INJ. 1ML	AMP	100
0123	ÓLEO DE GIRASSOL 100ML (DERSANI) - UNIDADE	FR	500
0124	OLEO MINERAL 100%USO ADULTO E PEDIÁTRICO - 100ML - UNIDADES	FR	200
0125	OMEPRAZOL 40MG EV FRASCO	FR	6000
0126	ONDANSETRONA 2MG/ML (NAUSEDRON) amp 2ml	AMP	600
0127	ONDANSETRONA 2MG/ML (NAUSEDRON) amp 4ml - UNIDADES	AMP	3000
0128	OXACILINA 500 mg pó injetável frasco - UNIDADES	FR	10000
0129	ÓXIDO DE ZINCO + VIT A + VIT D 150MG + 5.000UI + 900UI/G	TB	400
0130	PENICILINA 400.000 UI frasco - UNIDADES	FR	600

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRELÂNDIA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.682.930/0001-38

Avenida Nossa Senhora Do Porto Da Eterna Salvação Nº 208, Centro / CEP 37300-000 - Andrelândia - MG

Fone/Fax: (35) 3439-0000

<http://www.andrelandia.mg.gov.br>



Item	Descrição	Unid.	Quant.
0131	PENICILINA G CRISTALINA 5.000.000 UI FRASCO - UNIDADE	FR	1000
0132	PETIDINA 50MG/ML - AMP. 2ML - UNIDADE	AMP	100
0133	PIPERACILINA + TAZOBACTAM 4,5 G EV FRASCO	FR	8000
0134	PIRACETAM 200 mg/ml 5 ml amp. UNIDADES	-AMP	200
0135	POLIMIXINA B 500.000 UI EV	FR	400
0136	PROMETAZINA 25MG/ML (FENERGAN) AMP. 2ML - UNIDADE	-AMP	2000
0137	PROPOFOL 1% AMPOLA 20 ML - UNIDADES	AMP	1000
0138	PROTAMINA 5000 UI/ 5ML AMPOLA	AMP	100
0139	SACCHAROMYCES BOULARDII-17 CAPSULA 100 MG (FLORATIL)	CAP	1000
0140	SACCHAROMYCES BOULARDII-17 CAPSULA 200 MG (FLORATIL)	CAP	2000
0141	SEVOFLURANO LIQUIDO INALANTE FRASCO 250 ML	FR	100
0142	SOL. FISIOLÓGICA RINGER C/ LACTATO SIST. FECHADO 500ML - UNIDADE	FR	1000
0143	SULFAMETOXAZOL80MG/ML+TRIMETOPRIMA 16MG/ML -AMPOLA 5ML	AMP	1000
0144	SULFATO DE MAGNÉSIO 50% 10 ml amp. UNIDADES	AMP	400
0145	SUPOSITÓRIO DE GLICERINA	UN	50
0146	SUXAMETONIO, CLORETO INJETAVEL 100 MG FRASCO AMPOLA	FR	400
0147	TENOXICAM 20MG PÓ INJETÁVEL FRASCO - UNIDADES	FR	2000
0148	TERBUTALINA SULFATO 0,5MG/ML - AMP. DE 1ML	AMP	100
0149	Tiamina - Vitamina B1 100mg/ml injetável (ampola 1ml)	AMP	400
0150	TIOCOLCHICODEO (COLTRAX) 4MG/2ML-AMP 2ML	AMP	100
0151	TRAMADOL 50 MG - COMPRIMIDO UNIDADES	-CP	6000
0152	TRIDIL 25MG (NITROGLICERINA) - AMPOLA - UNIDADE	AMP	100
0153	VANCOMICINA 500 MG EV FRASCO	FR	12000

4.1. O licitante deverá apresentar na proposta a descrição do medicamento conforme a Denominação Comum Brasileira (DCB) ou, na sua falta, a Denominação Comum Internacional (DCI) (Art. 3º da Lei Federal n.º 9.787/1999) e fornecer medicamentos e materiais legítimos, registrados no Ministério da Saúde/ANVISA e provenientes de fabricantes legalmente constituídos.

5 - PRAZO DE VIGÊNCIA

5.1 - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 01 ano, contado a partir do



primeiro dia útil subsequente à data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1 - No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços PODERÁ, haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

5.2 - O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.2.1 - Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2.2 - A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.2.1 - Quando o instrumento contratual for substituído por emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021, a minuta do contrato será parte integrante destes instrumentos para fins de observância dos requisitos previstos no art. 92 da NLLC.

5.2.3 - O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6 - DA FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA “B”, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

6.1 - A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

7 - DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E DA ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA “C”, E ART. 40, §1º, INCISO I, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

7.1 - A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do(s) Estudo(s) Técnico(s) Preliminar(es), apêndice deste Termo de Referência.

8 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

8.1 - Sustentabilidade

8.1.1 - Os requisitos da contratação relacionados a natureza do objeto e a sustentabilidade encontra-se pormenorizado em tópico específico do(s) Estudo(s) Técnico(s) Preliminar(es), apêndice deste Termo de Referência.

8.2 - Registre-se que, eventual exigência de documentação de habilitação técnica e econômica,



será tratado no tópico específico deste TR (CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR) de modo que sua inclusão aqui seria redundante.

8.3 - Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021)

8.3.1 - Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com a(s) justificativa(s) abaixo:

8.3.1.1. As marcas referenciais estão indicadas na descrição e especificação dos produtos, no item 04 deste Termo de Referência.

8.3.1.2. A indicação de marca de referência feita na descrição de alguns itens é apenas orientativa, como forma ou parâmetro de qualidade para facilitar a descrição do objeto, correspondendo aos produtos que serviram de base para a coleta das características/especificações dos materiais a serem adquiridos, nos termos do Acórdão nº 2401/2006 do Tribunal de Contas da União.

8.3.1.3. A proponente poderá ofertar produtos similares ou de melhor qualidade aos de referência, desde que atendam às especificações exigidas e apresentem padrão de qualidade e desempenho equivalentes.

8.4 - Da vedação de marca/produto na aquisição do objeto

8.4.1 - Para a contratação do objeto NÃO haverá vedação ou restrições com relação ao emprego de marca ou produto de bens empregados em sua execução.

8.5 - Da exigência de carta de solidariedade

8.5.1 - Não será exigido Carta de Solidariedade emitida pelo fabricante.

8.6 - Subcontratação

8.6.1 - Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

8.7 - Garantia da contratação

8.7.1 - Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

8.8 - Da exigência de amostra:

8.8.1 - Não haverá exigência de amostra.



9 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1 - CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

9.1.1 - O prazo de entrega do(s) item(ns) é de 10 dias, contado da emissão de Requisição formalizada pelo Contratante, em remessa única ou em quantitativo especificado pelo Contratante.

9.1.2 - Caso não seja possível a entrega na data avençada, o contratado deverá comunicar as razões respectivas com antecedência para que o pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela contratante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

9.1.3 - Os bens deverão ser entregues na Sede da(o) Prefeitura Municipal de Andrelândia ou em outro local informado na AF dentro da cidade.

9.1.4. O acondicionamento e o transporte dos medicamentos devem ser feitos em embalagens apropriadas para cada tipo, capazes de manter a integridade e organização dos produtos, possibilitando a verificação das informações necessárias no ato do recebimento,

9.1.5. As embalagens internas e externas devem estar limpas, livres de pó, secas e sem sinais de umidade prévia.

9.1.6. Os veículos, equipamentos e contêineres utilizados para transporte e acondicionamento não devem expor os produtos a condições que possam afetar sua estabilidade e a integridade de sua embalagem ou gerar contaminações de qualquer natureza. Os veículos e contêineres devem dispor de manutenção e limpeza adequadas (arts. 67 e 68 da RDC ANVISA nº 430/2020). Os medicamentos não podem ser transportados, por exemplo, com saneantes, agrotóxicos, fertilizantes, tintas, solventes, combustível, alimentos, bebidas, em contato com pneus (estepe), em veículo com carroceria aberta, isolada com lona ou capota marítima.

9.1.7. O transporte de medicamentos termolábeis deve ser feito em meio qualificável do ponto de vista térmico e o monitoramento e o controle da temperatura durante a armazenagem e o transporte devem ser realizados (arts. 83 e 84 da RDC ANVISA nº 430/2020).

9.1.8. É vedada às empresas transportadoras ou operador logístico, quando na atividade de transportador, a violação da carga transportada (art. 65 da RDC ANVISA nº 430/2020).

9.1.9. O descarregamento deverá ser realizado por Nota fiscal e por lote, com as etiquetas das embalagens externas visíveis. Caso haja fração, esta deverá ser colocada na parte superior do empilhamento para possibilitar a contagem e conferência.

9.1.10. As embalagens externas deverão mencionar as informações sobre o produto, dentre elas: nome do medicamento, concentração, quantidade, lote e validade, bem como as condições corretas de armazenamento: temperatura e empilhamento máximo.

9.1.11. As embalagens externas deverão conter somente um tipo de medicamento e um lote e estarem completas com quantidades padronizadas. A fração deverá ser facilmente identificada e organizada internamente de forma a facilitar a visualização e contagem.



9.1.12. As embalagens térmicas deverão conter na parte externa a data de preparo da embalagem e data de validade da embalagem.

9.1.13. As embalagens devem ser acompanhadas das respectivas bulas, conforme legislação vigente.

9.1.14. Os medicamentos que necessitem de acessórios para sua administração devem vir acompanhados desses, se especificado em edital ou constantes no registro do medicamento junto ao Ministério da Saúde.

9.1.15. O valor dos acessórios mencionados deve estar incluído no preço cotado para o medicamento.

9.1.16. Os medicamentos a serem fornecidos devem apresentar em suas embalagens secundárias e/ou primárias, de forma visível, a expressão "PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO" (Art. 7º da Portaria GM/MS nº 2.814/1998). Esta informação deverá constar da embalagem de maneira que não possa ser removida sem danificá-la.

9.1.17. Os medicamentos deverão ser entregues acompanhados do Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica (DANFE), cuja Natureza da Operação seja Venda;

9.1.18. No caso dos medicamentos com prazo de validade superior a 1 (um) ano, por ocasião da entrega somente serão aceitos aqueles cujo prazo de validade a transcorrer seja igual ou superior a 70% (setenta por cento) do prazo previsto, ou seja, que ainda não tenha decorrido 30% (trinta por cento) do prazo de validade.

9.1.19. No caso de medicamentos com prazo de validade igual ou inferior a 1 (um) ano, somente serão aceitos aqueles cujo prazo de validade a transcorrer seja igual ou superior a 80% (oitenta por cento) do prazo previsto, ou seja, que ainda não tenha decorrido 20% (vinte por cento) do prazo de validade.

9.1.20. A Contratante se reserva o direito de não receber produtos com prazo de validade inferior aos especificados nos itens anteriores, ressalvados os casos de interesse da Administração, desde que exista solicitação prévia da Contratada e aceite do órgão interessado, caso em que será formalizado o compromisso de troca de todo o quantitativo não utilizado.

9.1.20.1. A carta de comprometimento de troca deverá acompanhar o DANFE no ato da entrega.

9.1.20.2. A solicitação de troca do quantitativo não utilizado será realizada pelo contratante 60 (sessenta) dias antes do vencimento do produto.

9.1.20.3. A troca do quantitativo não utilizado, coleta e substituição do produto, deverá ser realizada em até 30 (trinta) dias após a solicitação da Contratante.

9.1.20.4. O valor unitário constante no DANFE referente a troca deve ser igual ao valor unitário da Nota Fiscal de origem.

9.1.20.5. No ato da entrega de medicamentos garantidos pela carta de comprometimento de troca, o DANFE apresentado deve informar no campo Dados Adicionais que o produto é referente a uma reposição por troca, especificando o número da Nota Fiscal e empenho de origem.



9.1.21. As cargas que não cumpram os critérios de aceitação do objeto estão sujeitas à recusa no ato do recebimento.

10 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

10.1 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2 - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

10.3 - As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

10.4 - O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

10.5 - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o(a) Município de Andrelândia, **poderá** convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

10.6 - A responsabilidade pela gestão do contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme item 10.8 deste termo, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas em regulamento próprio do(a) Município de Andrelândia.

10.7 - A responsabilidade pela fiscalização do contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme item 10.8 deste TR, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas em regulamento próprio do(a) Município de Andrelândia.

10.8 - Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

10.9 - A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

10.10 - As regras previstas neste tópica aplicam-se à gestão da ata de registro de preço, naquilo que couber.

11 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

11.1 - DO RECEBIMENTO

11.1.1 - Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da



entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

11.1.2 - Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

11.1.3 - O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

11.1.4 - O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

11.1.5 - No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que é pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

11.1.6 - O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

11.1.7 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

12 - LIQUIDAÇÃO

12.1 - Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

12.2 - Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos contra a(o) Prefeitura Municipal de Andrelândia, CNPJ nº 18.682.930/0001-38, situada a Avenida Nossa Senhora do Porto da Eterna Salvação, 208, Centro, Andrelândia.

12.2.1 - Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;



- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

12.3 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

12.4 - A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

12.5 - A Administração deverá realizar consulta para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

12.6 - Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

12.7 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.8 - Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

12.9 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

13 - PRAZO DE PAGAMENTO

13.1 - O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

13.2 - No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

14 - FORMA DE PAGAMENTO

14.1 - O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e



conta corrente indicados pelo contratado.

14.2 - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.3 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

14.3.1 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

14.3.2 - O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

15 - REAJUSTE

15.1 - Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

15.2 - Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do IPCA acumulado dos últimos doze meses, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

15.3 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

15.4 - No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

15.5 - Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

15.6 - Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

15.7 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

15.8 - O reajuste será realizado por apostilamento.

16 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

16.1 - Forma de seleção e critério de julgamento da proposta



16.1.1 - O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR VALOR POR ITEM facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse..**

16.2 - MODO DE DISPUTA

16.2.1 - Modo de disputa - **Aberto**

16.3 - Exigências de habilitação

16.3.1 - Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

16.4 - Habilitação jurídica (Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva)

16.4.1 - **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

16.4.2 - Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

16.4.3 - **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

16.4.4 - **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

16.4.5 - **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

16.4.6 - **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

16.4.7 - **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

16.4.8 - **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar



e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021;

16.4.9 - **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física

16.5 - Habilitação fiscal, social e trabalhista

16.5.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

16.5.2 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

16.5.3 - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

16.5.4 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

16.5.5 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] e/ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

16.5.6 - Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] e/ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

16.5.7 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

16.5.8 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

16.6 - Qualificação Econômico-Financeira

16.6.1 - Não será exigido Qualificação Econômico Financeira.

16.7 - Qualificação Técnica



16.7.1 - Será exigida qualificação Técnica, conforme exigência abaixo:

16.7.1.1 - Cópia da Autorização de Funcionamento válida, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), conforme artigos 2º e 50 da Lei 6.360/1976; As renovações das Autorizações de Funcionamento expedidas pela ANVISA somente serão consideradas válidas mediante apresentação de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU;

16.7.1.2 - Cópia da Autorização Especial de Funcionamento válida expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), NO CASO de cotação de medicamentos sujeitos a controle especial), conforme artigos 2º e 50 da Lei 6.360/1976 e art. 2º da Portaria 344/1998 da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde;

Justificativa: Documento emitido pela Anvisa que comprova que a empresa está autorizada a exercer as atividades descritas no certificado. A solicitação é necessária para reduzir o risco de aquisição de produtos de empresas clandestinas.

16.7.1.3 - Licença de funcionamento expedida pela Vigilância Sanitária da localidade do exercício de suas atividades, de acordo com a Lei nº 6.360/1976;

Justificativa: Documentação necessária para comprovar que a empresa atende às normas sanitárias de funcionamento;

16.7.1.3.1 - Não será aceito protocolo de alvará (ou licença) inicial ou de renovação;

16.7.1.4 - Certificado de Responsabilidade Técnica emitido pelo Conselho Regional de Farmácia - CRF ou órgão competente.

Justificativa: É privativo do farmacêutico a guarda e dispensa de medicamentos. A solicitação da documentação comprova que a empresa tem farmacêutico regulamentado, garantindo que os produtos sejam armazenados de forma adequada.

17 - DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR REFERENTE AO REGISTRO DOS PRODUTOS

17.1 - O licitante deverá apresentar Juntamente com a proposta readequada nos termos do item 5.23.4 do edital os seguintes documentos:



17.1.1 - Certificado de Registro de Produto emitido pela Secretaria de Vigilância Sanitária, podendo ser apresentado o espelho do registro do produto disponibilizado no endereço eletrônico da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA (Art. 12 da Lei Federal nº 6.360/1976; artigos 7º e 8º do Decreto Federal nº 8.077/2013).

17.1.1.1 - Serão aceitos somente protocolos de revalidação do registro caso tenham sido protocolados com antecedência máxima de doze meses e mínima de seis meses da data de vencimento do registro (Art. 12, § 6º da Lei Federal nº 6.360/1976).

17.1.2 - No caso de medicamentos/produtos de baixo risco sujeitos à notificação de que trata a RDC/ANVISA nº 576/2021 e listados na Instrução Normativa nº 106/2021 e suas atualizações, o licitante deverá apresentar a Declaração de Notificação junto ao Ministério da Saúde e a cópia do rótulo ou a bula, a fim de permitir a verificação das características técnicas do medicamento, conforme Art. 18 da referida RDC.

17.1.3 - Caso o produto esteja isento de registro esta condição deverá ser comprovada;

18 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

18.1 - O custo estimado da contratação encontra-se detalhado no ANEXO I deste Termo de Referência, tendo sido juntado no processo os preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos.

I - O valor da contratação é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

19 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do(a) Município de Andrelândia.

19.1.1 - A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou seu instrumento substituto.

19.2 - A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes, será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

20 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

20.1 - As empresas são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

20.2 - Toda a documentação apresentada neste procedimento e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRELÂNDIA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.682.930/0001-38

Avenida Nossa Senhora Do Porto Da Eterna Salvação Nº 208, Centro / CEP 37300-000 - Andrelândia - MG

Fone/Fax: (35) 3439-0000

<http://www.andrelandia.mg.gov.br>



se omite em outro será considerado especificado e válido.

Prefeitura Municipal de Andrelândia, 09/03/2026.

Adeodata Kenea Leite dos Santos
Secretário(a) Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRELÂNDIA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.682.930/0001-38

Avenida Nossa Senhora Do Porto Da Eterna Salvação Nº 208, Centro / CEP 37300-000 - Andrelândia - MG

Fone/Fax: (35) 3439-0000

<http://www.andrelandia.mg.gov.br>



ANEXO I DO TR

PLANILHA DE PREÇO ESTIMADO

O valor estimado foi definido com base no menor dos valores, obtidos nas pesquisas de preços de acordo com o mapa de apuração abaixo:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
0001	ABD 10ml (água para injetáveis) AMPOLAS - UNIDADES	AMP	30000	0,21	6.300,00
0002	ÁCIDO ASCORBICO 100mg/ml 5 ml amp. (VITAMINA C)	AMP	2000	0,76	1.520,00
0003	ACIDO TRANEXAMICO 50MG/ML - AMPOLA 5ML - UNIDADES	AMP	3000	5,91	17.730,00
0004	ADENOSINA 3 mg/mL 2mL amp.- UNIDADES	AMP	400	7,59	3.036,00
0005	ADRENALINA (EPINEFRINA) 1mg/ml amp. - UNIDADES	AMP	1000	0,93	930,00
0006	ÁGUA PARA INJEÇÃO 1000 ML - UNIDADE - .	FR	100	8,27	827,00
0007	ÁGUA PARA INJEÇÃO 500ML - UNIDADES - .	FR	600	4,92	2.952,00
0008	ALTEPLASE Pó liofilizado injetável - 50 mg/50 ml	FR	30	1.598,00	47.940,00
0009	AMICACINA 250mg/ml 2 ml amp. - UNIDADES	AMP	1600	2,79	4.464,00
0010	AMICACINA 50mg/ml 2ml amp. - UNIDADES	AMP	200	4,14	828,00
0011	AMINOFILINA 24 mg/ml 10ml amp. - UNIDADES	AMP	2000	1,85	3.700,00
0012	AMIODARONA 50mg/ml 3ml amp. - UNIDADE	AMP	600	2,96	1.776,00
0013	AMOXICILINA - CLAVULANATO 1G + 200 MG EV FRASCO	FR	6000	10,38	62.280,00
0014	AMPICILINA 1000 mg frasco - UNIDADES	FR	1000	4,66	4.660,00
0015	ANFOTERICINA B 50MG INJ	AMP	1000	43,32	43.320,00
0016	ATROPINA 0,25 mg/ml 1 ml amp. - UNIDADES	AMP	1200	0,90	1.080,00
0017	Azul de Metileno 2% AMPOLA - 5ML - Azul de Metileno 2% AMPOLA - 5ML	AMP	200	8,46	1.692,00
0018	BENZILPENICILINA BEZANTINA 1.200.000 UI frasco - UNIDADES	FR	2000	6,97	13.940,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRELÂNDIA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.682.930/0001-38

Avenida Nossa Senhora Do Porto Da Eterna Salvação Nº 208, Centro / CEP 37300-000 - Andrelândia - MG

Fone/Fax: (35) 3439-0000

<http://www.andrelandia.mg.gov.br>



Item	Descrição	Unid.	Quant.	Vir. Unit.	Vir. Total
0019	BENZILPENICILINA BEZANTINA 600.000 UI frasco - UNIDADES	FR	600	8,75	5.250,00
0020	BICARBONATO DE SODIO 8,4% - 10ML AMPOLA	AMP	800	0,52	416,00
0021	BICARBONATO DE SODIO 8,4%- 250ML FRASCO	FR	200	18,00	3.600,00
0022	BROMETO DE IPATRÓPIO (ATROVENT)0,250 mg/ml frasco 20 ml - UNIDADES	FR	400	1,59	636,00
0023	BROMOPRIDA 5mg/ml 2ml amp. - UNIDADES	AMP	10000	1,61	16.100,00
0024	BUPIVACAÍNA, CLORIDRATO 0,5% INJ 20ML	AMP	300	5,30	1.590,00
0025	BUPIVACAÍNA + GLICOSE 5mg/ml + 80mg/ml 4 ml - amp - UNIDADES	AMP	2000	5,37	10.740,00
0026	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 20mg/5ml + DIPIRONA 2,5g/5ml amp (BUSC CP - UNIDADES	AMP	12000	1,75	21.000,00
0027	BUTILBROMETO ESCOPOLAMINA 20mg/ml 1ml amp (BUSCOPAM) - UNIDADES	AMP	2000	2,00	4.000,00
0028	CARVÃO ATIVADO EM PÓ 50G UNIDADE - PODE SER MANIPULADO	UN	200	37,00	7.400,00
0029	CEFAZOLINA 1GR FRASCO UNIDADES	FR	6000	4,20	25.200,00
0030	CEFTRIAXONA 1gr - frasco - UNIDADES	FR	30000	5,71	171.300,00
0031	CEFTRIAXONA 500MG PÓ PARA SOLUÇÃO INJETAVEL INTRAMUSCULAR	FR	1000	6,48	6.480,00
0032	CETOPROFENO IM 100 MG AMPOLA	AMP	2000	2,90	5.800,00
0033	CETOPROFENO IV 100 MG FRASCO/AMPOLA	FR	5000	5,00	25.000,00
0034	CIPROFLOXACINO 2mg/ml (2%) - 100ml - UNIDADES	FR	6000	9,75	58.500,00
0035	CISATRACURIO, BESILATO 2MG/ML INJ 5ML	AMP	1000	5,40	5.400,00
0036	CLARITROMICINA 500MG PÓ LIOFILIZADO PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL	FR	8000	31,61	252.880,00
0037	CLINDAMICINA 150mg/ml - amp 4ml - UNIDADES	AMP	1000	4,69	4.690,00
0038	CLISTEROL 12%(120MG/ML) - frasco	FR	600	9,03	5.418,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRELÂNDIA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.682.930/0001-38

Avenida Nossa Senhora Do Porto Da Eterna Salvação Nº 208, Centro / CEP 37300-000 - Andrelândia - MG

Fone/Fax: (35) 3439-0000

<http://www.andrelandia.mg.gov.br>



Item	Descrição	Unid.	Quant.	Vir. Unit.	Vir. Total
	500ml - UNIDADES				
0039	CLORETO DE POTÁSSIO 10% 10ML AMP. (KCI) - UNIDADES	AMP	4000	0,44	1.760,00
0040	CLORETO DE SÓDIO 0,9% 10 ML - AMPOLA	AMP	10000	0,21	2.100,00
0041	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SISTEMA FECHADO 0,9% 250 ML - SF 250 - UNIDADES	FR	6000	4,45	26.700,00
0042	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SISTEMA FECHADO 0,9% 500 ML - SF 500 - UNIDADES	FR	16000	4,87	77.920,00
0043	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SISTEMA FECHADO 1000ML - SF 1000 - UNIDADES	FR	8000	6,85	54.800,00
0044	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SISTEMA FECHADO 100ML - SF 100 - UNIDADES	FR	30000	3,80	114.000,00
0045	CLORETO DE SÓDIO 20% 10ML AMP. (NaCL) - UNIDADES	AMP	4000	0,37	1.480,00
0046	CLORIDRATO DE CEFEPIMA 1g - pó para solução injetável (Frasco)	FR	800	10,00	8.000,00
0047	CLORIDRATO DE CLONIDINA 150MCG/1ML	AMP	120	6,00	720,00
0048	CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA 5MG/ML - AMPOLA 5ML - UNIDADE	AMP	400	1,97	788,00
0049	CLORIDRATO DE HIDRALAZINA 20MG/ML - AMPOLA 1ML - UNIDADES	AMP	600	6,49	3.894,00
0050	cloridrato de lidocaína 2,0% + hemitartrato de epinefrina 1:200.000 em epinefrina FRASCO/AMPOLA 20ML	FR	400	6,30	2.520,00
0051	Cloridrato de Oxibuprocaina Solução oftálmica estéril 4 mg/mL (0,4 %)	FR	10	19,42	194,20
0052	COMPLEXO B - amp 2ml - UNIDADES	AMP	3000	1,06	3.180,00
0053	DESLANOSIDEO 0,2mg/ml amp 2ml - DESLANOL - CEDILANIDE -UNIDADES	AMP	1000	2,20	2.200,00
0054	DEXAMETASONA 2% (2MG/ML) - AMP 1ML - UNIDADES	AMP	1000	0,92	920,00
0055	DEXAMETASONA 4% (DECADRON 4MG/ML) -	AMP	6000	1,12	6.720,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRELÂNDIA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.682.930/0001-38

Avenida Nossa Senhora Do Porto Da Eterna Salvação Nº 208, Centro / CEP 37300-000 - Andrelândia - MG

Fone/Fax: (35) 3439-0000

<http://www.andrelandia.mg.gov.br>



Item	Descrição	Unid.	Quant.	Vir. Unit.	Vir. Total
	AMP 2,5ML - UNIDADE				
0056	DIAZEPAN 5MG/ML - AMP 2ML - UNIDADE	AMP	800	0,83	664,00
0057	DICLOFENACO SÓDICO 25MG/ML - 3ML - UNIDADE	AMP	6000	0,74	4.440,00
0058	DIMENIDRINATO 3MG/ML + CLORIDRATO DE PIRIDOXINA 5MG/ML + GLICOSE 100MG/ML + FRUTOSE 100MG/ML INJ - AMPOLA 10 ML	AMP	800	8,50	6.800,00
0059	DIPIRONA 1gr - amp 2ml - UNIDADES	AMP	15000	0,83	12.450,00
0060	DIPIRONA SUPOSITÓRIO INFANTIL 300 MG UNIDADE	UN	200	4,30	860,00
0061	DIPROPIONATO DE BETAMETASONA + FOSFATO DISSODICO DE BETAMETASONA 5MG/ML	AMP	200	5,75	1.150,00
0062	DOBUTAMINA 12,5MG/ML - AMPOLA	AMP	1000	5,38	5.380,00
0063	DOPAMINA 5MG/ML - AMP 10ML - UNIDADE	AMP	500	2,80	1.400,00
0064	DRAMIN B6 (CL PIRIDOXINA 50MG/ML/ DIMENIDRINATO 50MG/ML- AMP 1ML- UNIDADES	AMP	800	2,88	2.304,00
0065	EFEDRINA, SULFATO 50MG/ML 1ML - IM OU IV	AMP	150	4,73	709,50
0066	EFORTIL (ETILEFRINA 10MG/ML) - AMP 1ML - UNIDADE	AMP	2000	1,62	3.240,00
0067	ENOXAPARINA 20MG/0,2ML SERINGA PRÉ-ENCHIDA - UNIDADE	SRG	600	11,73	7.038,00
0068	ENOXAPARINA 40 MG/0,4 ML SERINGA PRÉ- ENCHIDA- UNIDADE	SRG	8000	14,56	116.480,00
0069	ESCETAMINA 50MG/ML - 2ML	CX C/ 25	150	17,35	2.602,50
0070	ESTREPTOQUINASE 1.500.000 UI FRASCO	FR	100	205,00	20.500,00
0071	ESTREPTOQUINASE 250.000 UI FRASCO	FR	100	230,50	23.050,00
0072	ESTREPTOQUINASE 750.000 UI FRASCO	FR	100	462,90	46.290,00
0073	ETOMIDATO 2MG/ML SOL INJ AMPOLA 10ML	AMP	100	12,18	1.218,00
0074	FENITOINA 50MG/ML - AMP 5ML - UNIDADE	AMP	1000	2,58	2.580,00
0075	FENOBARBITAL 200MGML - AMP 1ML - UNIDADE	AMP	400	2,42	968,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRELÂNDIA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.682.930/0001-38

Avenida Nossa Senhora Do Porto Da Eterna Salvação Nº 208, Centro / CEP 37300-000 - Andrelândia - MG

Fone/Fax: (35) 3439-0000

<http://www.andrelandia.mg.gov.br>

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Vir. Unit.	Vir. Total
0076	FENTANILA 50MCG/ML - AMP AMP 10ML - UNIDADES		2000	4,30	8.600,00
0077	FITOMENADIONA 10MG/ML AMP 1ML AMP. (VITAMINA K) - UNIDADE		2000	2,01	4.020,00
0078	FLUCONAZOL 2MG/ML INJ FR 100ML FRASCO		1000	26,48	26.480,00
0079	FLUMAZENIL 0,1 MG/ML AMP AMPOLAS DE 5 ML.		200	6,69	1.338,00
0080	FUROSEMIDA AMP AMP 10MG/ML - AMP 2ML - UNIDADE		10000	1,00	10.000,00
0081	GENTAMICINA 20MG - AMP AMP - UNIDADE		400	3,28	1.312,00
0082	GENTAMICINA 80MG - AMP AMP 2ML - UNIDADE		1000	1,37	1.370,00
0083	GLICOSE 25% - amp 10ml - AMP UNIDADES		1000	0,45	450,00
0084	GLICOSE 50% - amp 10ml - AMP UNIDADES		5000	0,51	2.550,00
0085	GLICOSE 5% CLORETO DE FR SÓDIO 0,9% SIST. FECHADO 500ML (SGF) - UNIDADE		2000	5,27	10.540,00
0086	GLICOSE 5% SISTEMA FR FECHADO 250ML (SG5%) - UNIDADE		3000	4,00	12.000,00
0087	GLICOSE 5% SISTEMA FR FECHADO 500ML (SG5%) - UNIDADE		4000	5,44	21.760,00
0088	GLUCONATO DE CALCIO AMP 10% 10 ml amp. - UNIDADES		400	3,82	1.528,00
0089	HALOPERIDOL 5MG/ML - AMP AMP 1ML - UNIDADE		400	1,74	696,00
0090	HEMITARTARATO DE AMP METARAMINOL 10MG/ML (ARAMIM) -AMP 1ML		200	17,39	3.478,00
0091	HEPARINA 5.000UI/0,25 ml AMP subcutânea - UNIDADES		500	8,29	4.145,00
0092	HEPARINA 5.000 UI / ml 5ml FR frasco - UNIDADES		400	21,91	8.764,00
0093	HIDROCORTISONA 100MG FR FRASCO - UNIDADE		4000	4,58	18.320,00
0094	HIDROCORTISONA 500 mg FR frasco - UNIDADES		6000	9,95	59.700,00
0095	HIDROXIETILAMIDO 130/0,4 FR (VOLUVEN 6%) 60MG/ML - FRASCO 500ML		600	44,10	26.460,00
0096	HISOCEL - GELATINA 3,5% BOLSA frasco 100ml - HISOCEL - GELATINA 3,5% frasco 100ml		600	17,46	10.476,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRELÂNDIA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.682.930/0001-38

Avenida Nossa Senhora Do Porto Da Eterna Salvação Nº 208, Centro / CEP 37300-000 - Andrelândia - MG

Fone/Fax: (35) 3439-0000

<http://www.andrelandia.mg.gov.br>

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Vir. Unit.	Vir. Total
0097	IMUNOGLOBULINA HUMANA ANTI RH D 750UI/ML - AMPOLA (USO PEDIÁTRICO E ADULTO) - UNIDADE	UN	100	302,14	30.214,00
0098	LEVOFLOXACINO 500MG EV FRASCO	FR	5000	13,32	66.600,00
0099	LIDOCAINA 20MG/G GELÉIA 30G TUBO - UNIDADE	TB	1000	3,71	3.710,00
0100	LIDOCAÍNA 2% SEM VASO CONSTRITOR FRASCO 20ML - UNIDADE	FR	1500	4,48	6.720,00
0101	Lidocaína, cloridrato 2% inj 5mL SEM VASO CONSTRITOR	AMP	2000	1,47	2.940,00
0102	MALEATO DE METILERGOMETRINA (METERGIN) 0,2MG/ML 1ML AMPOLA - UNIDADE	AMP	800	2,57	2.056,00
0103	MANITOL 20% 250 ML	FR	200	8,15	1.630,00
0104	MEROPENEM 500 MG EV FRASCO	FR	20000	23,62	472.400,00
0105	Metilprednisolona 500mg pó liofilizado para solução injetável	FR	1000	30,47	30.470,00
0106	METILSULFATO NEOSTIGMINA 0,5MG/ML - AMPOLA 1ML - UNIDADE	AMP	400	1,26	504,00
0107	METOCLOPRAMIDA 4MG/ML(PLASIL) - GOTAS	FR	100	0,89	89,00
0108	METOCLOPRAMIDA (PLASIL)10 mg/2 ml amp. - UNIDADES	(AMP	2000	0,85	1.700,00
0109	METOPROLOL, TARTARATO 1MG/ML AMPOLA 5ML	AMP	400	19,37	7.748,00
0110	METRONIDAZOL 5MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 100 ML FRASCO - UNIDADE	FR	3000	3,88	11.640,00
0111	MIDAZOLAM 1MG/ML - AMP 5ML - UNIDADE	AMP	1000	3,77	3.770,00
0112	MIDAZOLAM 5MG/ML - AMP 10ML - UNIDADES	AMP	1000	4,96	4.960,00
0113	MIDAZOLAM 5MG/ML - AMP 3ML - UNIDADE	AMP	200	3,00	600,00
0114	MONONITRATO DE ISOSSORBIDA 10MG/ML 1ML AMPOLA - UNIDADE	AMP	200	2,91	582,00
0115	MORFINA 0,2MG/ML - AMP 1ML - UNIDADE	AMP	1000	8,57	8.570,00
0116	MORFINA 10MG/ML - AMP 1 ML - UNIDADE	AMP	1000	2,61	2.610,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRELÂNDIA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.682.930/0001-38

Avenida Nossa Senhora Do Porto Da Eterna Salvação Nº 208, Centro / CEP 37300-000 - Andrelândia - MG

Fone/Fax: (35) 3439-0000

<http://www.andrelandia.mg.gov.br>



Item	Descrição	Unid.	Quant.	Vir. Unit.	Vir. Total
0117	NALOXONA 0,4MG/ML INJ 1ML	AMP	200	8,64	1.728,00
0118	NITROPRUSSIATO DE SÓDIO 25MG/ML AMPOLA	AMP	100	17,00	1.700,00
0119	NOREPINEFRINA (NORADRENALINA) 1mg/ml 4 ml amp. - UNIDADES	AMP	16000	3,33	53.280,00
0120	NORIPURUM EV (SACARATO DE HIDROXIDO FERRICO 100MG/5ML AMP. - UNIDADES	AMP	600	16,34	9.804,00
0121	OCITOCINA 5 UI/ml 1 ml amp. - UNIDADES	AMP	4000	3,50	14.000,00
0122	OCTREOTIDA 0,1MG/ML INJ. 1ML	AMP	100	100,00	10.000,00
0123	ÓLEO DE GIRASSOL 100ML (DERSANI) - UNIDADE	FR	500	3,10	1.550,00
0124	OLEO MINERAL 100%USO ADULTO E PEDIÁTRICO - 100ML - UNIDADES	FR	200	3,84	768,00
0125	OMEPRAZOL 40MG EV FRASCO	FR	6000	9,23	55.380,00
0126	ONDANSETRONA 2MG/ML (NAUSEDRON) amp 2ml	AMP	600	0,99	594,00
0127	ONDANSETRONA 2MG/ML (NAUSEDRON) amp 4ml - UNIDADES	AMP	3000	1,84	5.520,00
0128	OXACILINA 500 mg pó injetável frasco - UNIDADES	FR	10000	3,98	39.800,00
0129	ÓXIDO DE ZINCO + VIT A + VIT D 150MG + 5.000UI + 900UI/G	TB	400	4,73	1.892,00
0130	PENICILINA 400.000 UI frasco - UNIDADES	FR	600	6,11	3.666,00
0131	PENICILINA G CRISTALINA 5.000.000 UI FRASCO - UNIDADE	FR	1000	10,38	10.380,00
0132	PETIDINA 50MG/ML - AMP. 2ML - UNIDADE	AMP	100	7,40	740,00
0133	PIPERACILINA + TAZOBACTAM 4,5 G EV FRASCO	FR	8000	13,30	106.400,00
0134	PIRACETAM 200 mg/ml 5 ml amp. - UNIDADES	AMP	200	1,30	260,00
0135	POLIMIXINA B 500.000 UI EV	FR	400	30,00	12.000,00
0136	PROMETAZINA 25MG/ML (FENERGAN) - AMP. 2ML - UNIDADE	AMP	2000	3,18	6.360,00
0137	PROPOFOL 1% AMPOLA 20 ML - UNIDADES	AMP	1000	3,18	3.180,00
0138	PROTAMINA 5000 UI/ 5ML	AMP	100	5,20	520,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRELÂNDIA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.682.930/0001-38

Avenida Nossa Senhora Do Porto Da Eterna Salvação Nº 208, Centro / CEP 37300-000 - Andrelândia - MG

Fone/Fax: (35) 3439-0000

<http://www.andrelandia.mg.gov.br>



Item	Descrição	Unid.	Quant.	Vir. Unit.	Vir. Total
	AMPOLA				
0139	SACCHAROMYCES BOULARDII-17 CAPSULA 100 MG (FLORATIL)	CAP	1000	1,45	1.450,00
0140	SACCHAROMYCES BOULARDII-17 CAPSULA 200 MG (FLORATIL)	CAP	2000	1,99	3.980,00
0141	SEVOFLURANO LIQUIDO INALANTE FRASCO 250 ML	FR	100	450,00	45.000,00
0142	SOL. FISIOLÓGICA RINGER C/ LACTATO SIST. FECHADO 500ML - UNIDADE	FR	1000	5,00	5.000,00
0143	SULFAMETOXAZOL80MG/M L+TRIMETOPRIMA 16MG/ML -AMPOLA 5ML	AMP	1000	3,80	3.800,00
0144	SULFATO DE MAGNÉSIO 50% 10 ml amp. UNIDADES	AMP	400	0,65	260,00
0145	SUPOSITÓRIO DE GLICERINA	UN	50	2,12	106,00
0146	SUXAMETONIO, CLORETO INJETAVEL 100 MG FRASCO AMPOLA	FR	400	22,02	8.808,00
0147	TENOXICAM 20MG PÓ INJETÁVEL FRASCO - UNIDADES	FR	2000	7,50	15.000,00
0148	TERBUTALINA SULFATO 0,5MG/ML - AMP. DE 1ML	AMP	100	1,89	189,00
0149	Tiamina - Vitamina B1 100mg/ml injetável (ampola 1ml)	AMP	400	6,80	2.720,00
0150	TIOCOLCHICODEO (COLTRAX) 4MG/2ML- AMP 2ML	AMP	100	4,90	490,00
0151	TRAMADOL 50 MG - COMPRIMIDO - UNIDADES	CP	6000	0,14	840,00
0152	TRIDIL 25MG (NITROGLICERINA) AMPOLA - UNIDADE	AMP	100	86,40	8.640,00
0153	VANCOMICINA 500 MG EV FRASCO	FR	12000	6,00	72.000,00

O valor total estimado para a contratação é de R\$ 2.819.700,20.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRELÂNDIA

ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.682.930/0001-38
Avenida Nossa Senhora Do Porto Da Eterna Salvação Nº 208, Centro / CEP 37300-000 - Andrelândia - MG
Fone/Fax: (35) 3439-0000
<http://www.andrelandia.mg.gov.br>



ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL READEQUADA

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 057/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 030/2026

Razão Social: _____, CNPJ: _____._____/_____-____

Logradouro: _____, nº _____, Bairro: _____

Cidade: _____, UF: _____, CEP: _____-____, Telefone: (____) _____-____

E-mail: _____

A empresa acima se propõe a executar o objeto, conforme discriminado no Termo de Referência - Anexo I, pelos preços e condições assinalados na presente, obedecendo rigorosamente às disposições da legislação competente e conforme Ata de Julgamento.

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Marca	Vlr. Unit.	Vlr. Total
0001	ABD 10ml (água para injetáveis) AMPOLAS - UNIDADES	AMP	30000			
0002	ÁCIDO ASCORBICO 100mg/ml 5 ml amp. (VITAMINA C)	AMP	2000			
0003	ACIDO TRANEXAMICO 50MG/ML - AMPOLA 5ML - UNIDADES	AMP	3000			
0004	ADENOSINA 3 mg/mL 2mL amp.- UNIDADES	AMP	400			
0005	ADRENALINA (EPINEFRINA) 1mg/ml amp. - UNIDADES	AMP	1000			
0006	ÁGUA PARA INJEÇÃO 1000 ML - UNIDADE - .	FR	100			
0007	ÁGUA PARA INJEÇÃO 500ML - UNIDADES - .	FR	600			
0008	ALTEPLASE Pó liofilizado injetável - 50 mg/50 ml	FR	30			
0009	AMICACINA 250mg/ml 2 ml amp. - UNIDADES	AMP	1600			
0010	AMICACINA 50mg/ml 2ml amp. - UNIDADES	AMP	200			
0011	AMINOFILINA 24 mg/ml 10ml amp. - UNIDADES	AMP	2000			
0012	AMIODARONA 50mg/ml 3ml amp. - UNIDADE	AMP	600			
0013	AMOXICILINA - CLAVULANATO 1G + 200 MG EV FRASCO	FR	6000			

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRELÂNDIA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.682.930/0001-38

Avenida Nossa Senhora Do Porto Da Eterna Salvação Nº 208, Centro / CEP 37300-000 - Andrelândia - MG

Fone/Fax: (35) 3439-0000

<http://www.andrelandia.mg.gov.br>



Item	Descrição	Unid.	Quant.	Marca	Vlr. Unit.	Vlr. Total
0014	AMPICILINA 1000 mg frasco - UNIDADES	FR	1000			
0015	ANFOTERICINA B 50MG INJ	AMP	1000			
0016	ATROPINA 0,25 mg/ml 1 ml amp. - UNIDADES	AMP	1200			
0017	Azul de Metileno 2% AMPOLA - 5ML - Azul de Metileno 2% AMPOLA - 5ML	AMP	200			
0018	BENZILPENICILINA BEZANTINA 1.200.000 UI frasco - UNIDADES	FR	2000			
0019	BENZILPENICILINA BEZANTINA 600.000 UI frasco - UNIDADES	FR	600			
0020	BICARBONATO DE SODIO 8,4% - 10ML AMPOLA	AMP	800			
0021	BICARBONATO DE SODIO 8,4%- 250ML FRASCO	FR	200			
0022	BROMETO DE IPRATRÓPIO (ATROVENT)0,250 mg/ml frasco 20 ml - UNIDADES	FR	400			
0023	BROMOPRIDA 5mg/ml 2ml amp. - UNIDADES	AMP	10000			
0024	BUPIVACAÍNA, CLORIDRATO 0,5% INJ 20ML	AMP	300			
0025	BUPIVACAÍNA + GLICOSE 5mg/ml + 80mg/ml 4 ml - amp - UNIDADES	AMP	2000			
0026	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 20mg/5ml + DIPIRONA 2,5g/5ml amp (BUSCOP) - UNIDADES	AMP	12000			
0027	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 20mg/ml 1ml amp (BUSCOPAM) - UNIDADES	AMP	2000			
0028	CARVÃO ATIVADO EM PÓ 50G UNIDADE - PODE SER MANIPULADO	UN	200			
0029	CEFAZOLINA 1GR FRASCO UNIDADES	FR	6000			
0030	CEFTRIAXONA 1gr - frasco - UNIDADES	FR	30000			
0031	CEFTRIAXONA 500MG PÓ PARA SOLUÇÃO INJETAVEL INTRAMUSCULAR	FR	1000			
0032	CETOPROFENO IM 100 MG AMPOLA	AMP	2000			
0033	CETOPROFENO IV 100 MG FRASCO/AMPOLA	FR	5000			
0034	CIPROFLOXACINO 2mg/ml (2%) - 100ml - UNIDADES	FR	6000			

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRELÂNDIA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.682.930/0001-38

Avenida Nossa Senhora Do Porto Da Eterna Salvação Nº 208, Centro / CEP 37300-000 - Andrelândia - MG

Fone/Fax: (35) 3439-0000

<http://www.andrelandia.mg.gov.br>



Item	Descrição	Unid.	Quant.	Marca	Vlr. Unit.	Vlr. Total
0035	CISATRACURIO, BESILATO 2MG/ML INJ 5ML	AMP	1000			
0036	CLARITROMICINA 500MG PÓ LIOFILIZADO PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL	FR	8000			
0037	CLINDAMICINA 150mg/ml - amp 4ml - UNIDADES	AMP	1000			
0038	CLISTEROL 12%(120MG/ML) - frasco 500ml - UNIDADES	FR	600			
0039	CLORETO DE POTÁSSIO 10% 10ML AMP. (KCI) - UNIDADES	AMP	4000			
0040	CLORETO DE SÓDIO 0,9% 10 ML - AMPOLA	AMP	10000			
0041	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SISTEMA FECHADO 0,9% 250 ML - SF 250 - UNIDADES	FR	6000			
0042	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SISTEMA FECHADO 0,9% 500 ML - SF 500 - UNIDADES	FR	16000			
0043	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SISTEMA FECHADO 1000ML - SF 1000 - UNIDADES	FR	8000			
0044	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SISTEMA FECHADO 100ML - SF 100 - UNIDADES	FR	30000			
0045	CLORETO DE SÓDIO 20% 10ML AMP. (NaCL) - UNIDADES	AMP	4000			
0046	CLORIDRATO DE CEFEPIMA 1g - pó para solução injetável (Frasco)	FR	800			
0047	CLORIDRATO DE CLONIDINA 150MCG/1ML	AMP	120			
0048	CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA 5MG/ML - AMPOLA 5ML - UNIDADE	AMP	400			
0049	CLORIDRATO DE HIDRALAZINA 20MG/ML - AMPOLA 1ML - UNIDADES	AMP	600			
0050	cloridrato de lidocaína 2,0% + hemitartarato de epinefrina 1: 200.000 em epinefrina FRASCO/AMPOLA 20ML	FR	400			
0051	Cloridrato de Oxibuprocaína Solução oftálmica estéril 4 mg/mL (0,4 %)	FR	10			
0052	COMPLEXO B - amp 2ml - UNIDADES	AMP	3000			
0053	DESLANOSIDEO 0,2mg/ml - amp 2ml - DESLANOL - CEDILANIDE -UNIDADES	AMP	1000			
0054	DEXAMETASONA 2% AMP	AMP	1000			

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRELÂNDIA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.682.930/0001-38

Avenida Nossa Senhora Do Porto Da Eterna Salvação Nº 208, Centro / CEP 37300-000 - Andrelândia - MG

Fone/Fax: (35) 3439-0000

<http://www.andrelandia.mg.gov.br>

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Marca	Vlr. Unit.	Vlr. Total
	(2MG/ML) - AMP 1ML - UNIDADES					
0055	DEXAMETASONA 4% AMP (DECADRON 4MG/ML) - AMP 2,5ML - UNIDADE	AMP	6000			
0056	DIAZEPAN 5MG/ML - AMP 2ML - UNIDADE	AMP	800			
0057	DICLOFENACO SÓDICO 25MG/ML - 3ML - UNIDADE	AMP	6000			
0058	DIMENIDRINATO 3MG/ML + CLORIDRATO DE PIRIDOXINA 5MG/ML + GLICOSE 100MG/ML + FRUTOSE 100MG/ML INJ - AMPOLA 10 ML	AMP	800			
0059	DIPIRONA 1gr - amp 2ml - UNIDADES	AMP	15000			
0060	DIPIRONA SUPOSITÓRIO INFANTIL 300 MG UNIDADE	UN	200			
0061	DIPROPIONATO DE BETAMETASONA + FOSFATO DISSODICO DE BETAMETASONA 5MG/ML	AMP	200			
0062	DOBUTAMINA 12,5MG/ML - AMPOLA	AMP	1000			
0063	DOPAMINA 5MG/ML - AMP 10ML - UNIDADE	AMP	500			
0064	DRAMIN B6 (CL PIRIDOXINA 50MG/ML/ DIMENIDRINATO 50MG/ML- AMP 1ML- UNIDADES	AMP	800			
0065	EFEDRINA, SULFATO 50MG/ML 1ML - IM OU IV	AMP	150			
0066	EFORTIL (ETILEFRINA 10MG/ML) - AMP 1ML - UNIDADE	AMP	2000			
0067	ENOXAPARINA 20MG/0,2ML SERINGA PRÉ-ENCHIDA - UNIDADE	SRG	600			
0068	ENOXAPARINA 40 MG/0,4 ML SERINGA PRÉ-ENCHIDA- UNIDADE	SRG	8000			
0069	ESCETAMINA 50MG/ML - 2ML	CX C/ 25	150			
0070	ESTREPTOQUINASE 1.500.000 UI FRASCO	FR	100			
0071	ESTREPTOQUINASE 250.000 UI FRASCO	FR	100			
0072	ESTREPTOQUINASE 750.000 UI FRASCO	FR	100			
0073	ETOMIDATO 2MG/ML SOL INJ AMPOLA 10ML	AMP	100			
0074	FENITOINA 50MG/ML - AMP	AMP	1000			

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRELÂNDIA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.682.930/0001-38

Avenida Nossa Senhora Do Porto Da Eterna Salvação Nº 208, Centro / CEP 37300-000 - Andrelândia - MG

Fone/Fax: (35) 3439-0000

<http://www.andrelandia.mg.gov.br>



Item	Descrição	Unid.	Quant.	Marca	Vlr. Unit.	Vlr. Total
	5ML - UNIDADE					
0075	FENOBARBITAL 200MGML - AMP AMP 1ML - UNIDADE		400			
0076	FENTANILA 50MCG/ML - AMP 10ML - UNIDADES	AMP	2000			
0077	FITOMENADIONA 10MG/ML 1ML AMP. (VITAMINA K) - UNIDADE	AMP	2000			
0078	FLUCONAZOL 2MG/ML INJ 100ML FRASCO	FR	1000			
0079	FLUMAZENIL 0,1 MG/ML AMPOLAS DE 5 ML.	AMP	200			
0080	FUROSEMIDA AMP 10MG/ML - AMP AMP 2ML - UNIDADE		10000			
0081	GENTAMICINA 20MG - AMP - AMP UNIDADE		400			
0082	GENTAMICINA 80MG - AMP 2ML - UNIDADE	AMP	1000			
0083	GLICOSE 25% - amp 10ml - AMP UNIDADES		1000			
0084	GLICOSE 50% - amp 10ml - AMP UNIDADES		5000			
0085	GLICOSE 5% CLORETO DE SÓDIO 0,9% SIST. FECHADO 500ML (SGF) - UNIDADE	FR	2000			
0086	GLICOSE 5% SISTEMA FECHADO 250ML (SG5%) - UNIDADE	FR	3000			
0087	GLICOSE 5% SISTEMA FECHADO 500ML (SG5%) - UNIDADE	FR	4000			
0088	GLUCONATO DE CALCIO 10% 10 ml amp. - UNIDADES	AMP	400			
0089	HALOPERIDOL 5MG/ML - AMP 1ML - UNIDADE	AMP	400			
0090	HEMITARTARATO DE METARAMINOL 10MG/ML (ARAMIM) -AMP 1ML	AMP	200			
0091	HEPARINA 5.000UI/0,25 ml subcutânea - UNIDADES	AMP	500			
0092	HEPARINA 5.000 UI / ml 5ml frasco - UNIDADES	FR	400			
0093	HIDROCORTISONA 100MG FRASCO - UNIDADE	FR	4000			
0094	HIDROCORTISONA 500 mg frasco - UNIDADES	FR	6000			
0095	HIDROXIETILAMIDO 130/0,4 (VOLUVEN 6%) 60MG/ML - FRASCO 500ML	FR	600			
0096	HISOCEL - GELATINA 3,5% frasco 100ml - HISOCEL -	BOLSA	600			

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRELÂNDIA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.682.930/0001-38

Avenida Nossa Senhora Do Porto Da Eterna Salvação Nº 208, Centro / CEP 37300-000 - Andrelândia - MG

Fone/Fax: (35) 3439-0000

<http://www.andrelandia.mg.gov.br>

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Marca	Vlr. Unit.	Vlr. Total
	GELATINA 3,5% frasco 100ml					
0097	IMUNOGLOBULINA HUMANA ANTI RH D 750UI/ML - AMPOLA (USO PEDIÁTRICO E ADULTO) - UNIDADE	UN	100			
0098	LEVOFLOXACINO 500MG EV FRASCO	FR	5000			
0099	LIDOCAINA 20MG/G GELÉIA 30G TUBO - UNIDADE	TB	1000			
0100	LIDOCAÍNA 2% SEM VASO CONSTRITOR FRASCO 20ML - UNIDADE	FR	1500			
0101	Lidocaína, cloridrato 2% inj 5mL SEM VASO CONSTRITOR	AMP	2000			
0102	MALEATO METILERGOMETRINA (METERGIN) 0,2MG/ML 1ML AMPOLA - UNIDADE	DE AMP	800			
0103	MANITOL 20% 250 ML	FR	200			
0104	MEROPENEM 500 MG EV FRASCO	FR	20000			
0105	Metilprednisolona 500mg pó liofilizado para solução injetável	FR	1000			
0106	METILSULFATO NEOSTIGMINA 0,5MG/ML - AMPOLA 1ML - UNIDADE	AMP	400			
0107	METOCLOPRAMIDA 4MG/ML (PLASIL) - GOTAS	FR	100			
0108	METOCLOPRAMIDA (PLASIL) 10 mg/2 ml amp. - UNIDADES	(AMP	2000			
0109	METOPROLOL, TARTARATO 1MG/ML AMPOLA 5ML	AMP	400			
0110	METRONIDAZOL 5MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 100 ML FRASCO - UNIDADE	FR	3000			
0111	MIDAZOLAM 1MG/ML - AMP 5ML - UNIDADE	AMP	1000			
0112	MIDAZOLAM 5MG/ML - AMP 10ML - UNIDADES	AMP	1000			
0113	MIDAZOLAM 5MG/ML - AMP 3ML - UNIDADE	AMP	200			
0114	MONONITRATO DE ISOSSORBIDA 10MG/ML 1ML AMPOLA - UNIDADE	DE AMP	200			
0115	MORFINA 0,2MG/ML - AMP 1ML - UNIDADE	AMP	1000			
0116	MORFINA 10MG/ML - AMP 1ML - UNIDADE	AMP	1000			
0117	NALOXONA 0,4MG/ML INJ 1ML	AMP	200			
0118	NITROPRUSSIATO DE SÓDIO	AMP	100			

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRELÂNDIA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.682.930/0001-38

Avenida Nossa Senhora Do Porto Da Eterna Salvação Nº 208, Centro / CEP 37300-000 - Andrelândia - MG

Fone/Fax: (35) 3439-0000

<http://www.andrelandia.mg.gov.br>



Item	Descrição	Unid.	Quant.	Marca	Vlr. Unit.	Vlr. Total
	25MG/ML AMPOLA					
0119	NOREPINEFRINA (NORADRENALINA) 1mg/ml 4 ml amp. - UNIDADES	AMP	16000			
0120	NORIPURUM EV (SACARATO DE HIDROXIDO FERRICO 100MG/5ML AMP. - UNIDADES	AMP	600			
0121	OCITOCINA 5 UI/ml 1 ml amp. - UNIDADES	AMP	4000			
0122	OCTREOTIDA 0,1MG/ML INJ. 1ML	AMP	100			
0123	ÓLEO DE GIRASSOL 100ML (DERSANI) - UNIDADE	FR	500			
0124	OLEO MINERAL 100%USO ADULTO E PEDIÁTRICO - 100ML - UNIDADES	FR	200			
0125	OMEPRAZOL 40MG EV FRASCO	FR	6000			
0126	ONDANSETRONA 2MG/ML (NAUSEDRON) amp 2ml	AMP	600			
0127	ONDANSETRONA 2MG/ML (NAUSEDRON) amp 4ml - UNIDADES	AMP	3000			
0128	OXACILINA 500 mg pó injetável frasco - UNIDADES	FR	10000			
0129	ÓXIDO DE ZINCO + VIT A + VIT D 150MG + 5.000UI + 900UI/G	TB	400			
0130	PENICILINA 400.000 UI frasco - UNIDADES	FR	600			
0131	PENICILINA G CRISTALINA 5.000.000 UI FRASCO - UNIDADE	FR	1000			
0132	PETIDINA 50MG/ML - AMP. 2ML - UNIDADE	AMP	100			
0133	PIPERACILINA + TAZOBACTAM 4,5 G EV FRASCO	FR	8000			
0134	PIRACETAM 200 mg/ml 5 ml amp. - UNIDADES	AMP	200			
0135	POLIMIXINA B 500.000 UI EV	FR	400			
0136	PROMETAZINA 25MG/ML (FENERGAN) - AMP. 2ML - UNIDADE	AMP	2000			
0137	PROPOFOL 1% AMPOLA 20 ML - UNIDADES	AMP	1000			
0138	PROTAMINA 5000 UI/ 5ML AMPOLA	AMP	100			
0139	SACCHAROMYCES BOULARDII-17 CAPSULA 100 MG (FLORATIL)	CAP	1000			
0140	SACCHAROMYCES	CAP	2000			

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRELÂNDIA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.682.930/0001-38

Avenida Nossa Senhora Do Porto Da Eterna Salvação Nº 208, Centro / CEP 37300-000 - Andrelândia - MG

Fone/Fax: (35) 3439-0000

<http://www.andrelandia.mg.gov.br>



Item	Descrição	Unid.	Quant.	Marca	Vlr. Unit.	Vlr. Total
	BOULARDII-17 CAPSULA 200 MG (FLORATIL)					
0141	SEVOFLURANO LIQUIDO INALANTE FRASCO 250 ML	FR	100			
0142	SOL. FISIOLÓGICA RINGER C/LACTATO SIST. FECHADO 500ML - UNIDADE	FR	1000			
0143	SULFAMETOXAZOL80MG/ML+ TRIMETOPRIMA 16MG/ML -AMPOLA 5ML	AMP	1000			
0144	SULFATO DE MAGNÉSIO 50% 10 ml amp. UNIDADES	AMP	400			
0145	SUPOSITÓRIO DE GLICERINA	UN	50			
0146	SUXAMETONIO, CLORETO INJETAVEL 100 MG FRASCO AMPOLA	FR	400			
0147	TENOXICAM 20MG PÓ INJETÁVEL FRASCO - UNIDADES	FR	2000			
0148	TERBUTALINA SULFATO 0,5MG/ML - AMP. DE 1ML	AMP	100			
0149	Tiamina - Vitamina B1 100mg/ml injetável (ampola 1ml)	AMP	400			
0150	TIOCOLCHICODEO (COLTRAX) 4MG/2ML- AMP 2ML	AMP	100			
0151	TRAMADOL 50 MG - CP COMPRIMIDO - UNIDADES	CP	6000			
0152	TRIDIL 25MG (NITROGLICERINA) - AMPOLA - UNIDADE	AMP	100			
0153	VANCOMICINA 500 MG EV FRASCO	FR	12000			

OBS: Colocar na Planilha acima apenas os itens vencidos.

Declaro ter tomado conhecimento do instrumento convocatório relativo à licitação em referência, estar ciente dos critérios de julgamento do certame, e da forma de pagamento estabelecidos para remunerar a execução do objeto licitado.

A empresa vencedora é responsável pela qualidade e integridade do produto durante o período de validade e, inclusive, pelo seu transporte. Constatado qualquer problema, cabe ao Contratado efetuar a troca do produto nos termos do Edital e da legislação vigente.

Na descrição do(s) medicamento(s), deverá ser adotada a Denominação Comum Brasileira (DCB) ou, na sua falta, a Denominação Comum Internacional (DCI) (art. 3º da Lei Federal nº 9.787/1999).

Deverá ser apresentada cópia do certificado de Registro do Produto ou de sua publicação no Diário Oficial da União ou o espelho do registro do produto disponibilizado no site da ANVISA (art. 12º da Lei Federal nº 6.360/1976; artigos 7º e 8º do Decreto Federal nº 8.077/2013; art. 5º

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRELÂNDIA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.682.930/0001-38

Avenida Nossa Senhora Do Porto Da Eterna Salvação Nº 208, Centro / CEP 37300-000 - Andrelândia - MG

Fone/Fax: (35) 3439-0000

<http://www.andrelandia.mg.gov.br>



da Portaria do Ministério da Saúde n.º 2.814/1998.

Somente serão aceitos requerimentos de revalidação que tenham sido protocolados em até 06 (seis) meses antes do seu vencimento (art. 12º, § 6º, da Lei Federal nº 6.360/1976).

Deverá ser apresentada cópia da(s) bula(s) completa(s) e atualizada(s) do(s) medicamento(s) ofertado(s), conforme o registro na ANVISA/MS.

Deverá ser informado o(s) detentor(es) de registro(s) e nome(s) comercial(ais) do(s) medicamento(s). Em se tratando de medicamento(s) genérico(s), informar essa condição.

Deverá ser informado o(s) número(s) do(s) registro(s) do(s) medicamento(s) no Ministério da Saúde.

No caso de medicamentos de notificação simplificada, constantes na RDC/ANVISA nº 199/2006 e suas atualizações, deverão ser apresentadas a notificação de registro válido junto à ANVISA e a cópia do rótulo, a fim de permitir a verificação das características técnicas do produto.

O licitante DECLARA que, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

LOCAL/DATA

Nome do Responsável

**ANEXO III****MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º ____/20__**

O(A) Município de Andrelândia, inscrito no CNPJ n.º 18.682.930/0001-38, com sede na Avenida Nossa Senhora do Porto da Eterna Salvação, n.º 208, Centro, Andrelândia, MG, representado(a) pelo(a) Prefeito(a), Exmo(a) Sr(a) Francisco Reginaldo Nogueira, considerando o julgamento da licitação na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS n.º 030/2026, Processo Administrativo n.º 057/2026, RESOLVE registrar o(s) preço(s) ofertado(s) pelo Fornecedor Beneficiário _____, inscrito(a) no CPF/CNPJ n.º _____, situada no(a) _____, representada pelo(a) Sr.(a) _____, CPF n.º _____, de acordo com a classificação alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto nº 037/2022 e em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. REGISTRO DE PREÇO visando futura e eventual aquisição de medicamentos para atender as necessidades do Hospital Municipal Dr Jose Gustavo Alves, nos termos e condições especificadas no Termo de referência, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O(s) preço(s) registrado(s), as especificações do objeto, as quantidades de cada item e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Descrição	Marca	Unid.	Quant.	Vlr. Unit.	Vlr. Total

2.1.1 - O valor total desta Ata de Registro de Preço é de R\$ _____
(_____).

2.2. Por se tratar de Registro de Preços, não se obriga a contratante a cumprir os quantitativos previstos neste Termo de Referência, sendo certo que, para efeito de pagamento, somente serão considerados os itens efetivamente entregues pela fornecedora e aceitos pela fiscalização.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação

4. DA VEDAÇÃO A ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS

4.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 01 ano, contado a partir do primeiro dia



útil subsequente à data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1 - No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços PODERÁ, haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

5.2. Após a homologação da licitação, serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário;

5.3. O preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.4. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de processo de contratação específico para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

5.5. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.5.1. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo Município de Andrelândia por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5.3. Quando o instrumento contratual for substituído por emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021, a minuta do contrato será parte integrante destes instrumentos para fins de observância dos requisitos previstos no art. 92 da NLLC.

5.5.4. O instrumento contratual de que trata o item 5.5. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos



legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Reajustamento sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o Município de Andrelândia na condição de gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o Município de Andrelândia (gerenciador) convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o Município de Andrelândia procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado o contrato celebrado poderá ser alterado, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo Município de Andrelândia e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no edital de licitação.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o Município de Andrelândia procederá ao



cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o Município de Andrelândia atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado, podendo acarretar a alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. Não haverá remanejamento das quantidades registradas

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista na Lei 14.133/2021; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o Município de Andrelândia (gerenciador), mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o gerenciador poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de



mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O fornecedor que descumprir a Ata de Registro de Preços, caracterizando qualquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021 e no item 12.1 do edital, ficará sujeito às sanções previstas no art. 156, conforme detalhado no item 12.2 do edital, observados os procedimentos estabelecidos nos arts. 157 e 158 da referida lei.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. As infrações e sanções administrativas encontram-se devidamente definidas no item 12 e seguintes do edital de licitação, parte integrante e inseparável desta ata.

10.3. O fornecedor declara plena ciência das hipóteses de infrações e sanções previstas no item 12 e seguintes do edital.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2. No caso de adjudicação por preço global do grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens nas seguintes hipóteses:

11.2.1. Contratação da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame;

ou

11.2.2. Contratação de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances.

11.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em duas vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Andrelândia, ___/___/_____.

Francisco Reginaldo Nogueira
Prefeito(a)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRELÂNDIA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.682.930/0001-38

Avenida Nossa Senhora Do Porto Da Eterna Salvação Nº 208, Centro / CEP 37300-000 - Andrelândia - MG

Fone/Fax: (35) 3439-0000

<http://www.andrelandia.mg.gov.br>



Representante Legal

Razão Social da Empresa

TESTEMUNHAS

1) Ass.: _____ 2) Ass.: _____

Nome: _____ Nome: _____

CPF: _____ CPF: _____

**ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO**

CONTRATO Nº ____/20__

O(A) Município de Andrelândia, inscrito no CNPJ nº 18.682.930/0001-38, com sede na Avenida Nossa Senhora do Porto da Eterna Salvação, nº 208, Centro, Andrelândia, MG, representado(a) pelo(a) Prefeito(a), Exmo(a) Sr(a) Francisco Reginaldo Nogueira a seguir denominado **CONTRATANTE** e o(a) empresa/autônomo(a) _____, inscrito(a) no CPF/CNPJ nº _____, situada no(a) _____, representada pelo(a) Sr.(a) _____, CPF nº _____, a seguir denominado(a) **CONTRATADO(A)**, resolvem firmar o presente contrato, com fundamento no Processo nº 057/2026 - Pregão Eletrônico nº 030/2026, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, aplicando-se a este instrumento suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente instrumento o _____, nos termos e condições especificadas no Termo de Referência parte integrante e inseparável deste contrato.

1.2 - Objeto da contratação:

Item	Descrição	Marca	Unid.	Quant.	Vlr. Unit.	Vlr. Total

1.3 - Integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, o Termo de Referência, o estudo técnico preliminar, quando elaborado, o edital da licitação, Proposta Comercial apresentada pela CONTRATADA, eventuais anexos dos documentos supracitados, ambos constantes deste Processo de Licitação.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 - O prazo de vigência da contratação será , contados da data de assinatura do contrato, na forma do art. 105 da Lei 14.133/21.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1 - O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4 - CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 - Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.



5 - CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1 - O valor total da contratação será de R\$ _____, conforme quadro acima.

5.2 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

I - O valor da contratação é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6 - CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1 - O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1 - O reajuste e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8 - CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1 - São obrigações do Contratante:

8.1.2 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.3 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.4 - Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.5 - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.6 - Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.7 - Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.8 - Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.9 - Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.



8.1.9.1 - A Administração terá o prazo de até 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.10 - Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias, a contar da data do protocolo.

8.1.11 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9 - CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1 - São obrigações do Contratado:

9.1.1 - O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.2 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.3 - Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.4 - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.5 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.6 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.7 - Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro utilizado pelo(a) Município de Andrelândia, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao do fornecimento, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou



Distrital do domicílio ou sede do contratado;

4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.8 - Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.1.9 - Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.1.10 - Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.11 - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.1.12 - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.1.13 - Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.1.14 - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.15 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.16 - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do(a) Município de Andrelândia.

9.1.17 - Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

10 - CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1 - Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)



11.1 - As regras referentes a exigência de garantia contratual da execução encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. O(a) contratado(a) que descumprir o contrato, caracterizando qualquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021 e no item 12.1 do edital, ficará sujeito às sanções previstas no art. 156, conforme detalhado no item 12.2 do edital, observados os procedimentos estabelecidos nos arts. 157 e 158 da referida lei.

12.1.1. As infrações e sanções administrativas encontram-se devidamente definidas no item 12 e seguintes do edital de licitação, parte integrante e inseparável deste contrato.

12.2. O(a) contratado(a) declara plena ciência das hipóteses de infrações e sanções previstas no item 12 e seguintes do edital de licitação.

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1 - O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. - Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3 - Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4 - O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1 - Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.4.2 - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4.2.1 - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5 - O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.5.1 - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;



13.5.2 - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.3 - Indenizações e multas.

13.6 - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1 - As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do(a) Município de Andrelândia, para o exercício atual, na classificação abaixo:

3.3.90.30.00.2.05.01.10.302.0004.2.0031 - DESENVOLVIMENTO DO HOSPITAL MUNICIPAL.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1 - Os casos omissos serão decididos pelo(a) Município de Andrelândia, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1 - Eventuais alterações contratuais rege-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021.

16.2 - O contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento), nos termos do art. 125 da Lei n.º 14.133, de 2021.

16.3 - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133, de 2021.

17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1 - Incumbirá ao(a) Município de Andrelândia divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94, salvo a exceção prevista no inciso III, c/c parágrafo único do art. 176, ambos da Lei n.º 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em observância ao art. 8º, § 2º, da Lei n.º 12.527, de 2011.

18 - CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

18.1 - Fica eleito o Foro da Comarca do município, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei n.º 14.133/21.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRELÂNDIA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.682.930/0001-38

Avenida Nossa Senhora Do Porto Da Eterna Salvação Nº 208, Centro / CEP 37300-000 - Andrelândia - MG

Fone/Fax: (35) 3439-0000

<http://www.andrelandia.mg.gov.br>



vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Andrelândia, ___/___/20__.

Francisco Reginaldo Nogueira

Prefeito(a)

Representante Legal
Razão Social da Empresa

TESTEMUNHAS

1) Ass.: _____ 2) Ass.: _____

Nome: _____ Nome: _____

CPF: _____ CPF: _____



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1 - Indicação do objeto que se pretende contratar

1.1 - REGISTRO DE PREÇO visando futura e eventual aquisição de medicamentos para atender as necessidades do Hospital Municipal Dr Jose Gustavo Alves, conforme especificações e quantitativos estabelecidos neste documento.

1.2 - Justificativa da utilização do SRP

1.2.1 A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) revela-se a medida mais adequada para a futura e eventual aquisição de medicamentos destinados ao Hospital Municipal Dr. Jose Gustavo Alves, em razão da demanda contínua e imprescindível por insumos farmacêuticos essenciais ao atendimento dos pacientes internados e ambulatoriais. Tal sistema possibilita o abastecimento regular e adequado, garantindo a manutenção da qualidade dos serviços de saúde prestados pela unidade hospitalar.

1.2.2 A utilização do SRP atende à necessidade institucional do órgão gestor da saúde pública municipal, cuja missão é assegurar o acesso universal e contínuo a serviços de saúde de qualidade. O fornecimento adequado de medicamentos, viabilizado pelo registro de preços, constitui condição fundamental para a efetividade das ações de saúde, prevenção de agravos e promoção do bem-estar da população, em consonância com as diretrizes e políticas públicas vigentes.

1.2.3 Ademais, o SRP oferece vantagens práticas, como a flexibilidade para aquisição conforme a demanda real e a possibilidade de contratações futuras sem a necessidade de novos processos licitatórios, o que assegura maior eficiência administrativa e econômica. Essa modalidade também contribui para a redução de riscos clínicos e o fortalecimento do sistema público de saúde, refletindo o interesse público na preservação da vida e promoção da saúde coletiva.

1.2.4 A medida observa o disposto na Lei nº 14.133/2021, especialmente no art. 82, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços como instrumento adequado para contratações que demandam fornecimento contínuo e eventual, garantindo segurança jurídica e eficiência na gestão pública.

2 - Descrição da necessidade

2.1 - A necessidade da contratação decorre da demanda contínua e imprescindível de aquisição de medicamentos para o Hospital Municipal Dr. Jose Gustavo Alves, visando garantir o abastecimento regular e adequado dos insumos farmacêuticos essenciais ao atendimento dos pacientes internados e ambulatoriais. A origem dessa necessidade está diretamente relacionada à manutenção da qualidade dos serviços de saúde prestados pela unidade hospitalar, que depende da disponibilidade constante de medicamentos para tratamentos clínicos, cirúrgicos e emergenciais.



2.2 - A contratação é pertinente e necessária para o cumprimento dos objetivos institucionais do órgão gestor da saúde pública municipal, que tem como missão assegurar o acesso universal e contínuo a serviços de saúde de qualidade. O fornecimento adequado de medicamentos é condição fundamental para a efetividade das ações de saúde, prevenção de agravos e promoção do bem-estar da população atendida pelo hospital, alinhando-se às diretrizes e políticas públicas de saúde vigentes.

2.3 - A relação entre a demanda apresentada e a necessidade pública reside no fato de que a aquisição dos medicamentos atende diretamente à proteção da saúde da comunidade, garantindo o tratamento adequado e oportuno dos pacientes. A contratação contribui para a redução de riscos clínicos, a melhoria dos indicadores de saúde e o fortalecimento do sistema público de saúde, refletindo o interesse público na preservação da vida e na promoção da saúde coletiva.

3 - Área(s) requisitante(s)

3.1 - Secretaria Municipal de Saúde

4 - Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 - Da natureza da Contratação

4.1.1 - A natureza do objeto deste ETP dadas suas características, enquadra-se em bens comuns nos termos da Lei nº 14.133/2021, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, devendo, portanto, ser licitado por meio do Pregão, preferencialmente na forma Eletrônica.

4.2 - Prazo de vigência da Ata de Registro de Preço

4.2.1 - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 01 ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.2.2 - O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.3 - Sustentabilidade

4.3.1 - Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos exigidos neste tópico.

4.3.2 - A CONTRATADA deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente.

4.3.3 - Com relação aos critérios de sustentabilidade, os produtos deverão respeitar as normas e os princípios ambientais, minimizando ou mitigando os efeitos dos danos ao



meio ambiente, utilizando, sempre que possível e disponível, tecnologias e materiais ecologicamente corretos, bem como promovendo a racionalização de recursos naturais.

4.3.4 - Registre-se que eventuais impactos ambientais e suas respectivas medidas mitigadoras, quando aplicáveis, serão tratados no tópico 14 deste estudo, de modo que sua inclusão aqui seria redundante.

5 - Levantamento de Mercado

5.1 - 5.1 Modalidade licitatória: Considerando que a futura e eventual aquisição de medicamentos para o Hospital Municipal Dr. Jose Gustavo Alves configura bem comum, cuja especificação técnica pode ser objetivamente definida no mercado, a modalidade obrigatória é o pregão eletrônico, conforme art. 29 da Lei nº 14.133/2021.

5.2 Contrato vs. Registro de Preços: Diante da demanda contínua e imprescindível por medicamentos essenciais ao atendimento dos pacientes internados e ambulatoriais, a utilização do sistema de registro de preços (SRP) é a alternativa mais adequada, pois possibilita o abastecimento regular e adequado conforme a demanda real, com flexibilidade para contratações futuras sem a necessidade de novos processos licitatórios. Deve ser observado o Acórdão TCU nº 1351/2025-Plenário, que veda a utilização do sistema de registro de preços para contratação única e integral do objeto registrado com extinção da ata na primeira contratação, por afronta aos princípios da razoabilidade e da finalidade.

5.4 Adesão a atas vigentes: A adesão a atas de registro de preços vigentes de outros órgãos pode ser considerada, desde que comprovada a exata compatibilidade das especificações técnicas, a vantajosidade econômica e observados os demais requisitos legais previstos no art. 86, §2º da Lei nº 14.133/2021. Todavia, diante da ausência de informação sobre atas disponíveis aptas a atender as necessidades e os requisitos legais, essa alternativa não se mostra como a melhor solução, neste momento.

5.5 Escolha da melhor solução: A contratação por pregão eletrônico para registro de preços visando a futura e eventual aquisição de medicamentos para o Hospital Municipal Dr. Jose Gustavo Alves é a solução mais vantajosa, pois atende à necessidade de garantir o fornecimento contínuo e regular de insumos farmacêuticos essenciais, com flexibilidade para ajustes conforme a demanda real, assegurando a manutenção da qualidade dos serviços de saúde prestados pela unidade hospitalar. Essa abordagem está alinhada às melhores práticas da Administração Pública, garantindo a efetividade das ações de saúde, a prevenção de agravos e a promoção do bem-estar da população atendida, conforme os objetivos institucionais do órgão gestor da saúde pública municipal. Ademais, não foram encontradas alternativas no mercado para o problema apresentado, exceto pela forma de contratação descrita neste estudo. Analisamos contratações similares de outros órgãos para identificar melhores práticas e verificamos que esta abordagem é semelhante a modelos consolidados na Administração Pública, atendendo adequadamente às necessidades da administração.

6 - Descrição da solução como um todo

6.1 Visão geral da solução

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRELÂNDIA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.682.930/0001-38

Avenida Nossa Senhora Do Porto Da Eterna Salvação Nº 208, Centro / CEP 37300-000 - Andrelândia - MG

Fone/Fax: (35) 3439-0000

<http://www.andrelandia.mg.gov.br>



A solução consiste no registro de preço destinado à futura e eventual aquisição de medicamentos para atender às necessidades do Hospital Municipal Dr. Jose Gustavo Alves, compreendendo um conjunto de bens farmacêuticos que garantam o abastecimento regular e adequado dos insumos essenciais ao atendimento dos pacientes internados e ambulatoriais, assegurando a continuidade e qualidade dos serviços de saúde prestados pela unidade hospitalar.

6.1.1 Elementos constitutivos

Os medicamentos a serem adquiridos englobam as apresentações, dosagens, formas farmacêuticas e embalagens necessárias para a adequada utilização clínica, cirúrgica e emergencial, em conformidade com as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e protocolos clínicos vigentes, garantindo a segurança, eficácia e qualidade dos insumos terapêuticos essenciais ao tratamento dos pacientes.

6.1.2 Condições de fornecimento e integração

O fornecimento deverá assegurar a entrega em local designado no hospital, com transporte adequado e controle de temperatura quando exigido, rotulagem conforme legislação vigente, garantia de validade mínima e demais condições indispensáveis para a conservação, segurança e rastreabilidade dos medicamentos, de modo a garantir o abastecimento contínuo e a efetividade das ações de saúde desenvolvidas pela unidade hospitalar.

6.2 - Diante da natureza e das peculiaridades do objeto NÃO haverá exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica.

7 - Estimativa das Quantidades a serem contratadas

Item	Descrição	Unid.	Quant.
0001	ABD 10ml (água para injetáveis) AMPOLAS - UNIDADES	AMP	30000
0002	ÁCIDO ASCORBICO 100mg/ml 5 ml amp. (VITAMINA C)	AMP	2000
0003	ACIDO TRANEXAMICO 50MG/ML - AMPOLA 5ML - UNIDADES	AMP	3000
0004	ADENOSINA 3 mg/mL 2mL amp.- UNIDADES	AMP	400
0005	ADRENALINA (EPINEFRINA) 1mg/ml amp. - UNIDADES	AMP	1000
0006	ÁGUA PARA INJEÇÃO 1000 ML - UNIDADE	FR	100
0007	ÁGUA PARA INJEÇÃO 500ML - UNIDADES	FR	600
0008	ALTEPLASE Pó liofilizado injetável - 50 mg/50 ml	FR	30
0009	AMICACINA 250mg/ml 2 ml amp. - UNIDADES	AMP	1600
0010	AMICACINA 50mg/ml 2ml amp. - UNIDADES	AMP	200
0011	AMINOFILINA 24 mg/ml 10ml amp. - UNIDADES	AMP	2000
0012	AMIODARONA 50mg/ml 3ml amp. - UNIDADE	AMP	600

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRELÂNDIA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.682.930/0001-38

Avenida Nossa Senhora Do Porto Da Eterna Salvação Nº 208, Centro / CEP 37300-000 - Andrelândia - MG

Fone/Fax: (35) 3439-0000

<http://www.andrelandia.mg.gov.br>

Item	Descrição	Unid.	Quant.
0013	AMOXICILINA - CLAVULANATO 1G + 200 MG EV FRASCO	FR	6000
0014	AMPICILINA 1000 mg frasco - UNIDADES	FR	1000
0015	ANFOTERICINA B 50MG INJ	AMP	1000
0016	ATROPINA 0,25 mg/ml 1 ml amp. - UNIDADES	AMP	1200
0017	Azul de Metileno 2% AMPOLA - 5ML - Azul de Metileno 2% AMPOLA - 5ML	AMP	200
0018	BENZILPENICILINA BEZANTINA 1.200.000 UI frasco - UNIDADES	FR	2000
0019	BENZILPENICILINA BEZANTINA 600.000 UI frasco - UNIDADES	FR	600
0020	BICARBONATO DE SODIO 8,4% - 10ML AMPOLA	AMP	800
0021	BICARBONATO DE SODIO 8,4%- 250ML FRASCO	FR	200
0022	BROMETO DE IPRATRÓPIO (ATROVENT)0,250 mg/ml frasco 20 ml - UNIDADES	FR	400
0023	BROMOPRIDA 5mg/ml 2ml amp. - UNIDADES	AMP	10000
0024	BUPIVACAÍNA, CLORIDRATO 0,5% INJ 20ML	AMP	300
0025	BUPIVACAÍNA + GLICOSE 5mg/ml + 80mg/ml 4 ml - amp - UNIDADES	AMP	2000
0026	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 20mg/5ml + DIPIRONA 2,5g/5ml amp (BUSCOP - UNIDADES	AMP	12000
0027	BUTILBROMETO ESCOPOLAMINA 20mg/ml 1ml amp (BUSCOPAM) - UNIDADES	AMP	2000
0028	CARVÃO ATIVADO EM PÓ 50G UNIDADE - UN PODE SER MANIPULADO	UN	200
0029	CEFAZOLINA 1GR FRASCO UNIDADES	FR	6000
0030	CEFTRIAXONA 1gr - frasco - UNIDADES	FR	30000
0031	CEFTRIAXONA 500MG PÓ PARA SOLUÇÃO INJETAVEL INTRAMUSCULAR	FR	1000
0032	CETOPROFENO IM 100 MG AMPOLA	AMP	2000
0033	CETOPROFENO IV 100 MG FRASCO/AMPOLA	FR	5000
0034	CIPROFLOXACINO 2mg/ml (2%) - 100ml - UNIDADES	FR	6000
0035	CISATRACURIO, BESILATO 2MG/ML INJ 5ML	AMP	1000
0036	CLARITROMICINA 500MG PÓ LIOFILIZADO PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL	FR	8000
0037	CLINDAMICINA 150mg/ml - amp 4ml - UNIDADES	AMP	1000
0038	CLISTEROL 12%(120MG/ML) - frasco 500ml - UNIDADES	FR	600
0039	CLORETO DE POTÁSSIO 10% 10ML AMP. (KCI) - UNIDADES	AMP	4000
0040	CLORETO DE SÓDIO 0,9% 10 ML - AMPOLA	AMP	10000
0041	CLORETO DE SÓDIO 0,9 SISTEMA FECHADO 0,9% 250 ML - SF 250 - UNIDADES	FR	6000

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRELÂNDIA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.682.930/0001-38

Avenida Nossa Senhora Do Porto Da Eterna Salvação Nº 208, Centro / CEP 37300-000 - Andrelândia - MG

Fone/Fax: (35) 3439-0000

<http://www.andrelandia.mg.gov.br>



Item	Descrição	Unid.	Quant.
0042	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SISTEMA FECHADO 0,9% 500 ML - SF 500 - UNIDADES	FR	16000
0043	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SISTEMA FECHADO 1000ML - SF 1000 - UNIDADES	FR	8000
0044	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SISTEMA FECHADO 100ML - SF 100 - UNIDADES	FR	30000
0045	CLORETO DE SÓDIO 20% 10ML AMP. (NaCl) - UNIDADES	AMP	4000
0046	CLORIDRATO DE CEFEPIMA 1g - pó para solução injetável (Frasco)	FR	800
0047	CLORIDRATO DE CLONIDINA 150MCG/1ML	AMP	120
0048	CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA 5MG/ML - AMPOLA 5ML - UNIDADE	AMP	400
0049	CLORIDRATO DE HIDRALAZINA 20MG/ML - AMPOLA 1ML - UNIDADES	AMP	600
0050	cloridrato de lidocaína 2,0% + hemitartrato de epinefrina 1: 200.000 em epinefrina FRASCO/AMPOLA 20ML	FR	400
0051	Cloridrato de Oxibuprocaína Solução oftálmica estéril 4 mg/mL (0,4 %)	FR	10
0052	COMPLEXO B - amp 2ml - UNIDADES	AMP	3000
0053	DESLANOSIDEO 0,2mg/ml - amp 2ml - DESLANOL - CEDILANIDE -UNIDADES	AMP	1000
0054	DEXAMETASONA 2% (2MG/ML) - AMP 1ML - UNIDADES	AMP	1000
0055	DEXAMETASONA 4% (DECADRON 4MG/ML) - AMP 2,5ML - UNIDADE	AMP	6000
0056	DIAZEPAN 5MG/ML - AMP 2ML - UNIDADE	AMP	800
0057	DICLOFENACO SÓDICO 25MG/ML - 3ML - UNIDADE	AMP	6000
0058	DIMENIDRINATO 3MG/ML + CLORIDRATO DE PIRIDOXINA 5MG/ML + GLICOSE 100MG/ML + FRUTOSE 100MG/ML INJ - AMPOLA 10 ML	AMP	800
0059	DIPIRONA 1gr - amp 2ml - UNIDADES	AMP	15000
0060	DIPIRONA SUPOSITÓRIO INFANTIL 300 MG UNIDADE	UN	200
0061	DIPROPIONATO DE BETAMETASONA + FOSFATO DISSODICO DE BETAMETASONA 5MG/ML	AMP	200
0062	DOBUTAMINA 12,5MG/ML - AMPOLA	AMP	1000
0063	DOPAMINA 5MG/ML - AMP 10ML - UNIDADE	AMP	500
0064	DRAMIN B6 (CL PIRIDOXINA 50MG/ML/ DIMENIDRINATO 50MG/ML- AMP 1ML- UNIDADES	AMP	800
0065	EFEDRINA, SULFATO 50MG/ML 1ML - IM OU IV	AMP	150
0066	EFORTIL (ETILEFRINA 10MG/ML) - AMP 1ML - UNIDADE	AMP	2000
0067	ENOXAPARINA 20MG/0,2ML SERINGA PRÉ-	SRG	600

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRELÂNDIA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.682.930/0001-38

Avenida Nossa Senhora Do Porto Da Eterna Salvação Nº 208, Centro / CEP 37300-000 - Andrelândia - MG

Fone/Fax: (35) 3439-0000

<http://www.andrelandia.mg.gov.br>

Item	Descrição	Unid.	Quant.
	ENCHIDA - UNIDADE		
0068	ENOXAPARINA 40 MG/0,4 ML SERINGA PRÉ-ENCHIDA- UNIDADE	SRG	8000
0069	ESCETAMINA 50MG/ML - 2ML	CX C/ 25	150
0070	ESTREPTOQUINASE 1.500.000 UI FRASCO	FR	100
0071	ESTREPTOQUINASE 250.000 UI FRASCO	FR	100
0072	ESTREPTOQUINASE 750.000 UI FRASCO	FR	100
0073	ETOMIDATO 2MG/ML SOL INJ AMPOLA 10ML	AMP	100
0074	FENITOINA 50MG/ML - AMP 5ML - UNIDADE	AMP	1000
0075	FENOBARBITAL 200MGML - AMP 1ML - UNIDADE	AMP	400
0076	FENTANILA 50MCG/ML - AMP 10ML - UNIDADES	AMP	2000
0077	FITOMENADIONA 10MG/ML 1ML AMP. (VITAMINA K) - UNIDADE	AMP	2000
0078	FLUCONAZOL 2MG/ML INJ 100ML FRASCO	FR	1000
0079	FLUMAZENIL 0,1 MG/ML AMPOLAS DE 5 ML.	AMP	200
0080	FUROSEMIDA AMP 10MG/ML - AMP 2ML - UNIDADE	AMP	10000
0081	GENTAMICINA 20MG - AMP - UNIDADE	AMP	400
0082	GENTAMICINA 80MG - AMP 2ML - UNIDADE	AMP	1000
0083	GLICOSE 25% - amp 10ml - UNIDADES	AMP	1000
0084	GLICOSE 50% - amp 10ml - UNIDADES	AMP	5000
0085	GLICOSE 5% CLORETO DE SÓDIO 0,9% SIST. FECHADO 500ML (SGF) - UNIDADE	FR	2000
0086	GLICOSE 5% SISTEMA FECHADO 250ML (SG5%) - UNIDADE	FR	3000
0087	GLICOSE 5% SISTEMA FECHADO 500ML (SG5%) - UNIDADE	FR	4000
0088	GLUCONATO DE CALCIO 10% 10 ml amp. - UNIDADES	AMP	400
0089	HALOPERIDOL 5MG/ML - AMP 1ML - UNIDADE	AMP	400
0090	HEMITARTARATO DE METARAMINOL 10MG/ML (ARAMIM) -AMP 1ML	AMP	200
0091	HEPARINA 5.000UI/0,25 ml subcutânea - UNIDADES	AMP	500
0092	HEPARINA 5.000 UI / ml 5ml frasco - UNIDADES	FR	400
0093	HIDROCORTISONA 100MG FRASCO - UNIDADE	FR	4000
0094	HIDROCORTISONA 500 mg frasco - UNIDADES	FR	6000
0095	HIDROXIETILAMIDO 130/0,4 (VOLUVEN 6%) 60MG/ML - FRASCO 500ML	FR	600
0096	HISOCEL - GELATINA 3,5% frasco 100ml - HISOCEL - GELATINA 3,5% frasco 100ml	BOLSA	600
0097	IMUNOGLOBULINA HUMANA ANTI RH D 750UI/ML - AMPOLA (USO PEDIÁTRICO E ADULTO) - UNIDADE	UN	100

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRELÂNDIA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.682.930/0001-38

Avenida Nossa Senhora Do Porto Da Eterna Salvação Nº 208, Centro / CEP 37300-000 - Andrelândia - MG

Fone/Fax: (35) 3439-0000

<http://www.andrelandia.mg.gov.br>



Item	Descrição	Unid.	Quant.
0098	LEVOFLOXACINO 500MG EV FRASCO	FR	5000
0099	LIDOCAINA 20MG/G GELÉIA 30G TUBO - UNIDADE	TB	1000
0100	LIDOCAÍNA 2% SEM VASO CONSTRITOR FRASCO 20ML - UNIDADE	FR	1500
0101	Lidocaína, cloridrato 2% inj 5mL SEM VASO CONSTRITOR	AMP	2000
0102	MALEATO DE METILERGOMETRINA (METERGIN) 0,2MG/ML 1ML AMPOLA - UNIDADE	AMP	800
0103	MANITOL 20% 250 ML	FR	200
0104	MEROPENEM 500 MG EV FRASCO	FR	20000
0105	Metilprednisolona 500mg pó liofilizado para solução injetável	FR	1000
0106	METILSULFATO NEOSTIGMINA 0,5MG/ML - AMPOLA 1ML - UNIDADE	AMP	400
0107	METOCLOPRAMIDA 4MG/ML(PLASIL) - GOTAS	FR	100
0108	METOCLOPRAMIDA (PLASIL)10 mg/2 ml amp. - UNIDADES	AMP	2000
0109	METOPROLOL, TARTARATO 1MG/ML AMPOLA 5ML	AMP	400
0110	METRONIDAZOL 5MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 100 ML FRASCO - UNIDADE	FR	3000
0111	MIDAZOLAM 1MG/ML - AMP 5ML - UNIDADE	AMP	1000
0112	MIDAZOLAM 5MG/ML - AMP 10ML - UNIDADES	AMP	1000
0113	MIDAZOLAM 5MG/ML - AMP 3ML - UNIDADE	AMP	200
0114	MONONITRATO DE ISOSSORBIDA 10MG/ML 1ML AMPOLA - UNIDADE	AMP	200
0115	MORFINA 0,2MG/ML - AMP 1ML - UNIDADE	AMP	1000
0116	MORFINA 10MG/ML - AMP 1 ML - UNIDADE	AMP	1000
0117	NALOXONA 0,4MG/ML INJ 1ML	AMP	200
0118	NITROPRUSSIATO DE SÓDIO 25MG/ML AMPOLA	AMP	100
0119	NOREPINEFRINA (NORADRENALINA) 1mg/ml 4 ml amp. - UNIDADES	AMP	16000
0120	NORIPURUM EV (SACARATO DE HIDROXIDO FERRICO 100MG/5ML AMP. - UNIDADES	AMP	600
0121	OCITOCINA 5 UI/ml 1 ml amp. - UNIDADES	AMP	4000
0122	OCTREOTIDA 0,1MG/ML INJ. 1ML	AMP	100
0123	ÓLEO DE GIRASSOL 100ML (DERSANI) - UNIDADE	FR	500
0124	OLEO MINERAL 100%USO ADULTO E PEDIÁTRICO - 100ML - UNIDADES	FR	200
0125	OMEPRAZOL 40MG EV FRASCO	FR	6000
0126	ONDANSETRONA 2MG/ML (NAUSEDRON) amp 2ml	AMP	600
0127	ONDANSETRONA 2MG/ML (NAUSEDRON) amp 4ml - UNIDADES	AMP	3000

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRELÂNDIA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.682.930/0001-38

Avenida Nossa Senhora Do Porto Da Eterna Salvação Nº 208, Centro / CEP 37300-000 - Andrelândia - MG

Fone/Fax: (35) 3439-0000

<http://www.andrelandia.mg.gov.br>



Item	Descrição	Unid.	Quant.
0128	OXACILINA 500 mg pó injetável frasco - UNIDADES	FR	10000
0129	ÓXIDO DE ZINCO + VIT A + VIT D 150MG + 5.000UI + 900UI/G	TB	400
0130	PENICILINA 400.000 UI frasco - UNIDADES	FR	600
0131	PENICILINA G CRISTALINA 5.000.000 UI FRASCO - UNIDADE	FR	1000
0132	PETIDINA 50MG/ML - AMP. 2ML - UNIDADE	AMP	100
0133	PIPERACILINA + TAZOBACTAM 4,5 G EV FRASCO	FR	8000
0134	PIRACETAM 200 mg/ml 5 ml amp. - UNIDADES	AMP	200
0135	POLIMIXINA B 500.000 UI EV	FR	400
0136	PROMETAZINA 25MG/ML (FENERGAN) AMP. 2ML - UNIDADE	AMP	2000
0137	PROPOFOL 1% AMPOLA 20 ML - UNIDADES	AMP	1000
0138	PROTAMINA 5000 UI/ 5ML AMPOLA	AMP	100
0139	SACCHAROMYCES BOULARDII-17 CAPSULA 100 MG (FLORATIL)	CAP	1000
0140	SACCHAROMYCES BOULARDII-17 CAPSULA 200 MG (FLORATIL)	CAP	2000
0141	SEVOFLURANO LIQUIDO INALANTE FRASCO 250 ML	FR	100
0142	SOL. FISIOLÓGICA RINGER C/ LACTATO SIST. FECHADO 500ML - UNIDADE	FR	1000
0143	SULFAMETOXAZOL80MG/ML+TRIMETOPRIMA 16MG/ML -AMPOLA 5ML	AMP	1000
0144	SULFATO DE MAGNÉSIO 50% 10 ml amp. UNIDADES	AMP	400
0145	SUPOSITÓRIO DE GLICERINA	UN	50
0146	SUXAMETONIO, CLORETO INJETAVEL 100 MG FRASCO AMPOLA	FR	400
0147	TENOXICAM 20MG PÓ INJETÁVEL FRASCO - UNIDADES	FR	2000
0148	TERBUTALINA SULFATO 0,5MG/ML - AMP. DE 1ML	AMP	100
0149	Tiamina - Vitamina B1 100mg/ml injetável (ampola 1ml)	AMP	400
0150	TIOCOLCHICODEO (COLTRAX) 4MG/2ML- AMP 2ML	AMP	100
0151	TRAMADOL 50 MG - COMPRIMIDO - UNIDADES	CP	6000
0152	TRIDIL 25MG (NITROGLICERINA) - AMPOLA - UNIDADE	AMP	100
0153	VANCOMICINA 500 MG EV FRASCO	FR	12000

7.1 - Metodologia de cálculo dos quantitativos



7.1.1 - O presente processo de estimativa de quantitativos foi elaborado pela Farmácia Hospitalar com base em memória de cálculo fundamentada em série histórica de consumo, contemplando as demandas registradas pelas unidades assistenciais nos exercícios de 2020, 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025, bem como os dados constantes em certames licitatórios concluídos nos últimos 6 (seis) anos.

7.1.2 - A apuração considerou o quantitativo necessário para atendimento da demanda pelo período de 12 (doze) meses, observando-se, ainda, as especificidades relacionadas ao fator de embalagem de cada produto, além do memorial descritivo e das respectivas concentrações, definidos com base no histórico de demandas regulares e contínuas da instituição.

7.1.3 - A metodologia adotada consistiu na consolidação das informações provenientes dos processos licitatórios e das atas de registro de preços anteriores, em conjunto com os dados de consumo efetivo e projetado, possibilitando a obtenção de média ponderada de consumo para os itens em análise.

7.1.4 - Adicionalmente, foi incorporada margem de segurança técnica, com a finalidade de absorver eventuais variações decorrentes de fatores sazonais, oscilações no perfil epidemiológico e possíveis intercorrências assistenciais ao longo do período, assegurando maior fidedignidade às estimativas e mitigando riscos de desabastecimento.

7.1.2 - Por se tratar de Registro de Preços, não se obriga a contratante a cumprir os quantitativos previstos neste Estudo Técnico Preliminar, sendo certo que, para efeito de pagamento, somente serão considerados os itens efetivamente entregues pela fornecedora e aceitos pela fiscalização.

8 - Estimativa do Valor da Contratação

8.1 - O valor estimado da contratação é de R\$ 3.000.000,00.

8.2 - Os valores aqui apresentados são meramente indicativos, não se tratando dos preços de referência da futura contratação, o qual será realizado oportunamente quando da elaboração do Termo de Referência, acompanhados dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos.

9 - Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 - Nos termos do §2º, inciso II e III do art. 40 da Lei Federal nº 14.133/2021, a presente contratação será por ITENS visando o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, ampliação da competição com vistas à economicidade, considerando que o objeto é divisível.

10 - Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 - Entendemos não haver para o objeto em questão a previsão de contratação correlata e



nem interdependente.

11 - Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, quando elaborado

11.1 - A contratação pretendida está alinhada com o Planejamento previsto para o atual exercício, porém, o Plano de Contratações Anual ainda NÃO foi adotado pelo(a) Município de Andrelândia.

12 - Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

12.1 - Pretende-se com esta contratação atingir os seguintes resultados:

12.1.1 Conforme disposto no art. 18, § 1º, inciso IX, da Lei 14.133/2021, a presente contratação visa aos seguintes resultados em termos de economicidade e melhor aproveitamento de recursos:

12.1.1.1 Economicidade: A contratação por meio de registro de preços possibilitará a aquisição futura e eventual de medicamentos com condições comerciais mais vantajosas, promovendo redução de custos e melhor custo-benefício na aquisição dos insumos farmacêuticos essenciais ao Hospital Municipal Dr. Jose Gustavo Alves.

12.1.1.2 Eficiência: Espera-se garantir o abastecimento regular e adequado dos medicamentos, evitando desabastecimentos que comprometam o atendimento clínico, cirúrgico e emergencial, otimizando o fluxo de aquisição e distribuição dos insumos farmacêuticos.

12.1.1.3 Eficácia: A contratação assegurará o atendimento pleno das necessidades do hospital, mantendo a qualidade dos serviços de saúde prestados, com impacto direto na proteção da saúde da comunidade, redução de riscos clínicos e melhoria dos indicadores de saúde.

12.1.1.4 Melhor aproveitamento de recursos: A contratação contribuirá para o uso racional dos recursos financeiros públicos, alinhada às políticas públicas de saúde, promovendo a continuidade dos serviços hospitalares e o fortalecimento do sistema público de saúde municipal.

12.1.2 Os resultados pretendidos servirão como parâmetros para avaliação da efetividade da contratação no relatório final, conforme determinação legal.

13 - Providências a serem Adotadas



13.1 - Não há providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, visto que não há necessidade de capacitação de fiscais e/ou gestores de contrato ou de adequação do ambiente da organização.

14 - Possíveis Impactos Ambientais e respectivas medidas mitigadoras

14.1 - Não se vislumbra a ocorrência de possíveis impactos ambientais gerados pela contratação em estudo, contudo, a contratada deverá conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e a saúde dos trabalhadores e envolvidos na execução do objeto.

15 - Análise de Risco

15.1 - Conforme entendimento do TCU[1] "(...) o estudo técnico preliminar já serve, naturalmente, ao gerenciamento de riscos da futura contratação". Cada elemento do ETP permite de certa forma antecipar problemas e prever oportunidades, orientando a tomada de decisão na fase de elaboração dos demais documentos, especialmente o termo de referência.

15.2 - Posto isso, no presente caso, por se tratar de contratação de baixa complexidade já conhecida da administração, em que os próprios elementos do ETP já serviram ao gerenciamento de risco, não havendo necessidade de elaboração do Mapa de risco na fase preparatória.

16 - Declaração de Viabilidade

16.1 - Declaro(amos) viável esta contratação.

16.1.1 - Justificativa da Viabilidade

16.1.1.1 - 16.1.1.1 A solução proposta no Sistema de Registro de Preços (SRP) para futura e eventual aquisição de medicamentos destinados ao Hospital Municipal Dr. Jose Gustavo Alves demonstra aderência inequívoca à necessidade institucional de garantir o abastecimento contínuo e adequado de insumos farmacêuticos essenciais ao atendimento dos pacientes internados e ambulatoriais, assegurando a manutenção da qualidade dos serviços de saúde prestados pela unidade hospitalar.

16.1.1.2 Verificou-se viabilidade técnica, pois os medicamentos contemplados no SRP atendem às especificações técnicas regulamentadas pela ANVISA e protocolos clínicos vigentes, estando disponíveis no mercado e passíveis de fornecimento conforme as condições estabelecidas, sem impedimentos legais ou operacionais que comprometam a execução.

16.1.1.3 Constatou-se viabilidade econômica, uma vez que a contratação via SRP proporciona economicidade, eficiência e eficácia, permitindo a aquisição com condições comerciais vantajosas, redução de custos, flexibilidade para

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRELÂNDIA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.682.930/0001-38

Avenida Nossa Senhora Do Porto Da Eterna Salvação Nº 208, Centro / CEP 37300-000 - Andrelândia - MG

Fone/Fax: (35) 3439-0000

<http://www.andrelandia.mg.gov.br>



ajustes conforme a demanda real e melhor aproveitamento dos recursos públicos, em consonância com o interesse público e as políticas de saúde vigentes.

16.1.1.4 Diante do exposto, a contratação é VIÁVEL para atender à necessidade apresentada, nos termos do art. 18, §1º, XIII, da Lei nº 14.133/2021, recomendando-se o prosseguimento para elaboração do Termo de Referência, observando-se as diretrizes legais e as melhores práticas administrativas.

Andrelândia, 26/02/2026

Adeodata Kenea Leite dos Santos
Secretário(a) Municipal de Saúde

DESPACHO

Aprovo o Estudo Técnico Preliminar, considerando a importância da contratação, em face das justificativas técnica apresentadas.

Andrelândia, 26/02/2026

Francisco Reginaldo Nogueira
Prefeito(a)